



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1.989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acyr Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Amélia Hruschka, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Luiz Alberto Oliveira e Luiz Antonio Setti (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Em Discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir a Ata, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Por certo nós das oposições neste Parlamento teremos que votar contra a aprovação dessa Ata porque ela não espelha a verdade dos fatos que ocorreram, na sessão, objeto desta Ata. Costumemente neste Parlamento o que está escrito não corresponde ao acontecido. Está na hora de colocarmos um basta a manobras, ao descumprimento do Regimento Interno que faz com que, este Parlamento e estes Parlamentares, estão aqui, não sei para que. Feito bobos. Chamo a atenção, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque, fatos dessa natureza não podemos mais suportar que aconteçam neste Parlamento, porque, se a população não acredita mais neste Poder, imaginem chegar ao momento em que os próprios Parlamentares não podem mais acreditar nos seus atos publicados no Diário, publicados nos atos do Poder Legislativo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que aconteceu ontem neste Parlamento, anteontem, é grave. Não podemos permitir que se repita que ....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pediu a palavra para discutir a Ata, até agora Vossa Excelência, não mencionou o que está errado na Ata. Se Vossa Excelência não mencionar o que está errado na Ata, Vossa Excelência vai voltar para o seu lugar.

O SR. PEDRO TONELLI - O que está errado na Ata, é exatamente a confrontação da presença de Deputados neste Parlamento e o resultado proclamado pela Presidência deste Poder. Quando nós...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente. Nós conhecemos a sua postura como Presidente deste Poder Legislativo. Nós gostaríamos de pedir a Vossa Excelência que cassasse a palavra do Deputado Pedro Tonelli, uma vez que está descumprindo o Regimento da Casa. E nós não estamos aqui, Senhor Presidente, para ouvir tanta besteira dessa forma de um Deputado que não cumpre o Regimento.

O SR. PEDRO TONELLI - Estou me pronunciando, Senhor Presidente, com base no artigo 79 e 80 do Regimento Interno, que todos os Parlamentares têm direito a discu-

tir por 10 minutos a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência anuncie o que está errado na Ata.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu estou anunciando Senhor Presidente. O que está errado nesta Ata, é o número de Deputados que se faziam presentes por ora da votação de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Já é matéria vencida, Vossa Excelência deveria alegar na sessão de ontem. Se é essa matéria Vossa Excelência está discutindo, Vossa Excelência por favor deixe a tribuna.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero dizer que não podemos mais permitir que fatos que não ocorreram constem nas Atas deste Poder Legislativo. Era isto.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está em votação a Ata. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder a verificação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Peço chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa convida o ilustre Deputado Pedro Tonelli, para acompanhar a chamada nominal. Já que Vossa Excelência é um eterno descontente desta Casa. Vossa Excelência poderá vir aqui acompanhar.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acompanharei daqui com muito prazer.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Questão de Ordem)- Senhor Presidente, eu acho que esta Casa tem que ter espírito democrático. Se o Deputado Pedro Tonelli vai à tribuna para discutir a aprovação ou não da Ata, ele tem que ter a palavra respeitada e eu quero aqui endossar as suas palavras, porque ontem não tinha o número de Deputados que foi anunciado pela Mesa. Isto nós precisamos, meu caro Deputado Presidente, com todo o respeito, a Mesa tem que estar vigilante nessas suas posições, porque senão, este Parlamento virá a ser uma desordem e uma anarquia, refletindo demais e decaído cada vez mais o Poder Legislativo.

Peço a Vossa Excelência a observância que por duas vezes anunciado pela Mesa, o

número de Parlamentares não existia aqui em Plenário. Esta é a minha reflexão, Senhor Presidente, com todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência, mas eu acho que chegou a hora de tomarmos, com seriedade, as posições nesta Casa.  
Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu respeito a manifestação do ilustre Deputado Nelson Vasconcellos, mas eu não posso concordar com essas suas afirmações. Eu confio na condução dos trabalhos por Vossa Excelência, em feito a contagem corretamente e aqui fica, Senhor Presidente, a mensagem de apoio, de respeito de toda a Bancada do PMDB a Vossa Excelência e aos demais componentes da Mesa, que conduziram os trabalhos no dia de ontem.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem)- Eu nunca disse em forma de falta de respeito ao nosso Presidente. Eu digo que a observância da chamada nominal e da contagem dos Senhores Deputados tem que ser feita com mais critério e com mais rigorosidade. O Presidente, a Mesa Executiva merece todo o meu respeito aqui nesta Casa, como merece a Liderança do PMDB, aqui, também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Chamada nominal vai prosseguir.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, apenas a título de curiosidade gostaria de registrar que onze (11) Deputados da Bancada do PMDB não responderam à Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado). Presentes trinta e quatro (34) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa agradece a sua fiscalização.  
Deputados que aprovam a Ata queiram levantar-se.  
Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, queria registrar o meu voto contrário à Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Excelência, vai ser registrado o seu voto em ouro.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Indicações:

Curitiba, 05 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

A Liderança do Partido Democrático Trabalhista (P.D.T.), representada pelo Deputado Valderi Mendes Vilela, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para indicar os membros do partido para integrarem a Comissão de Orçamento, conforme composição realizada com o Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão.

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: Deputado Valderi Mendes Vilela

Suplente: Deputado Namir Piacentini

Na oportunidade, aproveitamos para apresentar nossos protestos de alta estima e apreço.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Curitiba, 05 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

A Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira- P.S.D.B., através do seu líder Deputado Nereu Carlos Massignan, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para indicar os membros do Partido que comporão as Comissões Temáticas desta Casa, assim definidos:

## COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

Titular: Deputado Nereu Carlos Massignan

Suplente: Deputado José Rogério Carvalho

## COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES

Titular: Deputado José Rogério Carvalho

Suplente: Deputado Raul Lopes

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, nossa consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Preferência de Discussão e Votação, para os Projetos de Lei n°s, 59, 11, 12, 13 e 42/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

## REQUERIMENTO N° 455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e com fundamento no disposto pelo Inciso III, § 1°, do Artigo 156, do Regimento Interno, o encerramento da discussão do Projeto de Lei n° 59/89.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

## REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

## REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto n° 12/89, por 15 dias a fim de que seja permitido melhor análise, inclusive com a presença do Secretário Rubens Bueno, na Comissão de Constituição e Justiça em conjunto com a Comissão de Segurança.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(aa) VALDERI MENDES VILELA

NAMIR PIACENTINI

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

PEDRO TONELLI

JOÃO ARRUDA

ANTÔNIO COSTENARO NETO

RAUL LOPES

NEREU CARLOS MASSIGNAN

NELSON VASCONCELLOS.

## REQUERIMENTO N° 458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, amparado no Artigo 35, do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei n° 68/89, na Sessão de 10 de abril às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 05.04.89

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao comunicador Carneiro Neto, pelo lançamento do

seu livro JOGO LIMPO no Espaço Cultural Ghignone.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de teléx ao Superintendente da Polícia Federal do Paraná, à Chefia da Polícia Rodoviária Federal- Pr, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Governador do Estado, solicitando que coloquem suas estruturas de fiscalização para proceder à verificação dos chassis dos caminhões paraguaios que transitam pelas Rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de Posto de Serviço Telefônico na localidade de São Francisco do Bandeira, no Município de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a TELEPAR.

Requer-se dê-se ciência deste requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadores, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Requerimento neste sentido foi proposto na Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, pelo Vereador Celso Tosi. São Francisco do Bandeira pela distância, verá resolvido grave problema de comunicação.

O atendimento àquela comunidade fará com que a TELEPAR seja cada vez mais reconhecida pelo povo paranaense e seu alcance social com os investimentos que fez e fará.

REQUERIMENTO N° 422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a Construção de Sede própria para a Empresa de Correios e Telégrafos na cidade de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a Empresa dos Correios e Telégrafos e dando-se ciência deste aos Vereadores, Prefeitos, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS, de Dois Vizinhos, e à Rádio Educadora

Curitiba, quarta, em 05.04.89

de Dois Vizinhos, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Há interesse do Município na melhoria dos serviços dos correios na cidade de Dois Vizinhos. Este assunto foi abordado pelo Vereador Cândido Scholl, na sessão do dia 21.03.89, na Câmara de Vereadores, quando, inclusive, informou da disposição do Senhor Prefeito em doar o terreno para que a obra se viabilize. No exercício do meu mandato de Vereador (76/82), propus idêntica medida. Hoje as necessidades de melhoria se multiplicaram.

A ECT sempre tem demonstrado muito interesse no atendimento dos Municípios e certamente verá com muito interesse a construção desta obra pois Dois Vizinhos, hoje, representa pólo de desenvolvimento invejável, segundo Município em orçamento e ICM no Sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO N° 423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de Poços Artesianos no Município de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e a SUDESUL, dando-se ciência deste aos Vereadores, Prefeito, Vice, e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS, de Dois Vizinhos, a Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A implantação de um programa de Poços Artesianos poderá ajudar inúmeras comunidades do interior do Município. A definição das comunidades a serem atendidas se fará através da participação da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e órgãos estaduais envolvidos no Programa.

Este assunto foi objeto de reivindicação apresentada na Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, no dia 21.03.89, do qual fui testemunha naquela ocasião, participando da referida reunião.

REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de posto de serviço telefônico à comu-

nidade de São Pedro dos Poloneses, oficiando-se a TELEPAR, dando-se ciência deste ao Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, a Rádio Educadora, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Requerimento com o mesmo objetivo foi apresentado e aprovado pela Câmara de Dois Vizinhos, por proposta do Vereador Euclides Cagnini.

A comunidade de São Pedro, já muito bem estruturada necessita meios de comunicação que evitem deslocamentos às vezes onerosos. O telefone em áreas rurais hoje é necessidade premente. A TELEPAR satisfatoriamente tem atendido tais comunidades e nossa confiança nos investimentos neste setor faz-nos crer na possibilidade de atendimento.

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a construção de duas creches na cidade de Dois Vizinhos oficiando-se neste sentido a Secretaria do Trabalho e Ação Social e a Secretaria da Educação. Requer-se dê-se ciência deste requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, a Rádio Educadora, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Participei da reunião da Comarca de Vereadores de Dois Vizinhos no dia 21.03.89, quando este assunto foi abordado. Na verdade o Projeto Galha Azul, deu prioridade para construção do CCOS - Centro Comunitário de Obras Sociais. E ao ser feita a análise das prioridades, a construção de creches foi escolhida como segunda prioridade. Pois bem, o CCOS já está concluído. É hora de iniciar a segunda opção do Projeto Galha Azul. Além disso, não mais é possível manter a cidade de Dois Vizinhos sem creches para atender inúmeras mulheres trabalhadoras. Só na "Sadia" trabalham mais de 30% dos seus empregados do sexo feminino.

REQUERIMENTO N° 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição proceda à doação de 100 carteiras e cadeiras para o Colégio Estadual Professor João de Oliveira Gomes, ensino de 1° e 2° graus, sub sede de Farol, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual João de Oliveira Gomes ensino de 1° e 2° graus, sub sede de Farol, Município de Campo Mourão, teve suas atividades iniciadas recentemente, e por este motivo está encontrando inúmeras dificuldades de instalações, principalmente.

Um grande número de alunos foi matriculado, ocasionando por conseguinte, falta de equipamentos necessários para o perfeito desenvolvimento de suas atividades. Atualmente, vários estudantes estão tendo que se sujeitar a assistir as aulas em situações precárias, sentados no chão, muitas vezes, e em pé, em outras.

Pelo exposto, solicito desta instituição, atenção ao caso, evitando desta forma, prejuízos aos professores e alunos do referido estabelecimento de ensino.

REQUERIMENTO N° 448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição proceda à doação de 50 carteiras e cadeiras para a Escola Estadual do Distrito de Farol, ensino de 1° grau, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual do Distrito de Farol, encontra atualmente uma série de dificuldades para atender o adequado desenvolvimento de suas atividades, uma vez que lhe falta carteiras e cadeiras em número suficiente, capaz de suprir a demanda de alunos existentes.

Devido a isto muitos estudantes estão tendo que se sujeitar a assistir aulas em situações precárias, sentados no chão muitas vezes, e em pé, em outras.

Em razão do exposto, solicito a esta instituição que atente para o caso, buscando resolvê-lo no prazo mais breve possível, evitando assim prejuízos para os professores e alunos.

REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de se procederem estudos imediatos para a implantação de agência bancária ou posto avançado na Cidade de Jaboti (PR).

Referida solicitação se faz em função de que o Município de Jaboti, apesar de possuir mais de 5.000 habitantes, 3.000 eleitores, 600 propriedades rurais, casas de comércio, etc., não possui tal benefício, obrigando dessa forma seus habitantes a recorrer a estabelecimentos de crédito de cidades da região, dificultando ainda mais a vida do cidadão, que naquela localidade reside, trabalha e quer melhorar as condições de sua cidade, trazendo um pouco mais de conforto e tranqüilidade.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial, ao Vereador Dr. João Siqueira que é o autor do referido pedido.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA.

#### REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Fernandes Dias, e ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, no sentido de serem fornecidas as informações sobre a paralisação das obras do "Contorno Cidade de Bandeirantes", tendo em vista que o início ocorreu em novembro de 1986, e estão paralisadas desde meados de 1987, até a presente data.

Referida solicitação se faz em função da necessidade da conclusão desta obra, antiga reivindicação do povo de Bandeirantes, pois a rodovia dentro da cidade vem causando sérios prejuízos a população de Bandeirantes e aos proprietários de imóveis localizados.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos integrantes da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO Nº 468

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de ser viabilizado o recapamento total de parte do trecho da Rodovia BR-369, compreendido entre a Usina Bandeirantes até o Ribeirão das Antas, passando pela Avenida Azarias Vieira de Rezende, na Cidade de Bandeirantes.

Referida solicitação se faz em função de que a população de Bandeirantes há muitos anos vem sofrendo com o tráfego de veículos nessa parte da rodovia BR-369, que está totalmente danificada pela falta de conservação. Nesse mesmo sentido já efetuamos diversas reivindicações.

Hoje nem sequer há mais divergências de ordem política e partidária, pois o atual prefeito está alinhado com o Governo Estadual e Federal, razão pela qual não há mais motivo para que tais melhorias não sejam efetuadas. Por outro lado, sendo a rodovia federal mantida e conservada pelo Governo Estadual através de convênios pode perfeitamente receber as melhorias reivindicadas através dos recursos oriundos da cobrança do "selo pedágio", que é um novo tributo que vem carreando milhões e milhões de cruzados novos aos cofres do Governo, e segundo as notícias, que nos chegam diariamente, sua aplicação deve ser exclusivamente na melhoria e conservação das rodovias federais.

Bandeirantes, no Paraná, merece melhor atenção na aplicação dos recursos, principalmente porque todos os proprietários de veículos daquele município são obrigados a pagar tal tributo em função de ser a única rodovia de acesso dos mesmos aos grandes centros do Paraná e do Brasil.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos nobres Vereadores integrantes da Câmara Municipal de Bandeirantes, bem como ao Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Ministro dos Transportes, expediente no sentido de ser efetuado o recapamento asfáltico total da



rodovia BR-369, que liga o Município de Mello Peixoto à Londrina, tendo em vista o péssimo estado de conservação que se encontra, pois há muitos anos não vem recebendo as melhorias necessárias a sua conservação para manutenção do tráfego de veículos que por ela transitam.

Por diversas oportunidades e desde o ano de 1987, mantivemos esta reivindicação, por ser ela necessária e urgente, pois beneficia os Municípios de Mello Peixoto, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procopio, Leopoldina, Sertaneja, Jataizinho, Ibiçara, Primeiro de Maio, Assaí, Uraí, São Sebastião da Amoreira, Nova América da Colina, Congonhinhas, Nova Fátima, Santo Antônio do Paraíso, Abatiá, Itambaracá, Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal, São Jerônimo da Serra, Curitiba, Figueira, Sapopema, Barra do Jacaré e tantos outros municípios que dela se utilizam para escoamento de produção agrícola em todo o norte do Paraná, pois é uma das rodovias brasileiras com imenso tráfego de veículos, inclusive rodovia que faz ligação de todo o norte do Paraná com os grandes centros brasileiros.

Por outro lado há que se caracterizar que hoje os recursos oriundos da cobrança do tributo denominado "selo pedágio" vem carregando milhões e milhões de cruzados novos aos cofres públicos e devem ser aplicados especialmente na recuperação, melhorias e conservação das rodovias federais, através de convênio, conforme já vem sendo efetuado no caso da BR-369, que há fusão entre os Governos Federal e Estadual.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos ilustres Prefeitos Municipal e Câmaras dos Vereadores dos Municípios apontados.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER, seja enviado expediente ao Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando estudos no sentido de serem dispensados os avais de proprietários rurais, nas operações de financiamentos concedidos às Cooperativas Agrícolas, através da rede bancária oficial, pois as mesmas, na defesa dos interesses dos seus agricultores cooperados vêm enfrentando dificuldades para a concretização de financiamentos, dado a exigência de aval em operações financeiras, os quais em via de regra são

efetuados por diretores das cooperativas, e isso causa sempre restrições aos créditos destes nas suas atividades particulares.

Por outro lado, sabemos que o cooperativismo é hoje um dos melhores meios para a organização de nossos agricultores com vistas a melhoria de nossa produção.

Do presente, Requer, se dê conhecimento à OCEPAR e aos Srs. ANTONIO LUIZ PRADO SIMÕES, Diretor Presidente da CANORP (Ibaiti-PR), e JOSÉ ARANTES PEREIRA, Diretor Presidente da COPLAC com sede em Santo Antônio da Platina-PR.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO LOPES DE NORONHA, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual para o Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo, nas proximidades do Km 16 da Rodovia PR-317 (Rodovia Toledo-Santa Helena).

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Vereador LEANDRO DONIZETTI ALVES recebendo apelo da população dos distritos de Ouro Verde e Luiz Marina, solicita a implantação do referido posto, uma vez que o trecho citado encontra-se desguarnecido de proteção policial, propiciando facilidade a ladrões de veículos, e causando mal estar às comunidades dos distritos mencionados.

Solicito aos nobres Pares a aprovação deste.

#### REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTONIO LOPES DE NORONHA, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma subdelegacia na localidade de Alto do Amparo, Município de Tibagi.

Justifica-se o presente pedido nos insistentes apelos que a comunidade de Alto do Amparo tem feito, pois, a cada dia que passa, o índice de violência vem aumentando de forma generalizada, tendo até mesmo chegado ao interior de nosso Estado. Outro aspecto a ponderar, está no fato do Município de Tibagi possuir uma grande extensão territorial, ficando a Delegacia de

Polícia localizada na sede do Município, e, por consequência, distante do Distrito de Alto do Amparo.

Sendo assim, o que aquela população pretende é apenas garantir o seu direito inalienável à segurança pública, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para preservação da ordem pública e incolumidade dos cidadãos e do patrimônio.

Isto posto, conta o Parlamentar com o valioso prestígio dos nobres Pares com assento nesta Casa, a fim de que a comunidade de Alto do Amparo venha, efetivamente, concretizar seus anseios.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Professor Álvaro Fernandes Dias, solicitando que através da Secretaria da Educação e em conjunto com as Prefeituras Municipais e Órgãos de Comunicação Social, promova uma ampla campanha de esclarecimentos para motivar a juventude acima de 16 anos de idade a exercer o seu direito de obter o título de eleitor.

Sala das Sessões, em 05.04.89

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

A juventude acima de 16 anos de idade adquiriu na nova Constituição Federal o direito de obter o título de eleitor e votar.

O jovem paranaense precisa obter o seu título de eleitor para exercer o seu direito soberano de participar da escolha do futuro Presidente da República, bem como das eleições seguintes.

Após mantermos contatos com o juiz eleitoral de Cascavel, que observou o pequeno número de maiores de 16 anos que até agora procuraram o Cartório Eleitoral local para obtenção de seus títulos, chegamos a constatação da necessidade de se promover esta campanha.

O envolvimento das Prefeituras Municipais, bem como dos órgãos de comunicação social é necessário pois colocam sua infraestrutura à disposição da justiça eleitoral, e contribuem para o aumento do número de eleitores tanto da Região Oeste como de todo o Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

Curitiba, quarta, em 05.04.89

pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Diretor Presidente do Banco Bamerindus do Brasil S/A, Dr. José Andrade Vieira, no sentido de se procederem estudos imediatos para a implantação de agência bancária ou posto avançado na cidade de Jaboti (PR).

Referida solicitação se faz em função de que o município apontado, apesar de possuir 5.000 habitantes, 3.000 eleitores, 600 propriedades rurais, casas de comércio, etc., não possui tal benefício obrigando dessa forma seus habitantes a recorrer a estabelecimentos de crédito de cidades da região, dificultando ainda mais a vida do cidadão, que naquela localidade reside, trabalha e quer melhorar as condições de sua cidade, trazendo um pouco mais de conforto e tranquilidade.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial ao Vereador Dr. João Siqueira, que é o autor do referido pedido.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido de se procederem estudos viabilizando a implantação de uma agência do Banco do Brasil S/A, no Município de Sapopema.

Referida solicitação se faz em função de que ouvimos, por ocasião da realização da reunião dos cooperados da Cooperativa Agrícola Norte Pioneiro, as reivindicações dos agricultores do município acima apontado, tendo em vista que os mesmos enfrentam muitas dificuldades no deslocamento até a Cidade de Ibaiti (PR), percorrendo uma distância de 81 Km para a realização de operações bancárias que não são realizadas pelo posto avançado existente. O benefício acima apontado, sem sombra de dúvidas, diminuiria os problemas dos agricultores daquele município.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores de Sapopema e ao Diretor Presidente da Cooperativa Agrícola do Norte Pioneiro com sede em Ibaiti (PR), Sr. Antônio Luiz Prado Simões.

Sala das Sessões, em 05.04.89.



(a) VALDERI VILELA

## REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido de se procederem estudos viabilizando a implantação de uma agência do Banco do Brasil S/A, no Município de Curitiba.

Referida solicitação se faz em função de que ouvimos, por ocasião da realização da reunião dos cooperados da Cooperativa Agrícola Norte Pioneiro, as reivindicações dos agricultores do município acima apontado, tendo em vista que os mesmos enfrentam muitas dificuldades no deslocamento até a Cidade de Ibaiti (PR), percorrendo uma distância de 81 Km para a realização de operações bancárias que não são realizadas pelo posto avançado existente. O benefício acima apontado, sem sombra de dúvidas, diminuiria os problemas dos agricultores daquele município.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores de Curitiba e ao Diretor Presidente da Cooperativa Agrícola do Norte Pioneiro, Sr. Antônio Luiz Prado Simões, com sede em Ibaiti - (Pr).

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI VILELA

## REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente a ilustre Secretária de Estado da Educação, Prof.<sup>a</sup> Gilda Poli, no sentido de ser viabilizada a criação do curso de 2º grau na Cidade de Jaboti, tendo em vista a inexistência da mesma no município apontado.

Referida solicitação se faz em função de que o Município de Jaboti possui mais de uma centena de alunos cursando o 2º grau na Cidade de Pinhalão, onerando desta forma o município e causando dificuldades aos alunos que têm de ser transportados todos os dias até a cidade citada, em ônibus, que via de regra, vai superlotado em função do grande número de usuários. Por outro lado há que se caracterizar que o número de alunos existentes na cidade comporta a criação do referido curso, que trará mais tranquilidade e segurança aos

alunos e seus pais da Cidade de Jaboti.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial ao Vereador Dr. João Siqueira, que juntamente com outras lideranças locais nos solicitaram providências cabíveis ao caso.

Sala das Sessões, em 05.04.89

(a) VALDERI VILELA

## REQUERIMENTO Nº 467

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, se considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente aos ilustres Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, no sentido de serem analisados e estudados com urgência, os preços mínimos estabelecidos para os produtos agrícolas safra 88/89, tendo em vista as razões do-ravante expostas.

O preço dos produtos agrícolas era corrigido mensalmente levando-se em consideração os reajustes automáticos previstos pela legislação vigente. Com advento do Plano Verão, os preços dos produtos agrícolas foram congelados. O agricultor brasileiro vive hoje um drama, pois os financiamentos de custeio da produção terão reajustes baseados em algum índice, pois nossa inflação continua galopante, aumentando dessa forma o custo de produção já quase insuportável, e com os preços mínimos congelados, outra alternativa não restará senão a falência de muitos agricultores brasileiros, principalmente os pequenos proprietários. Um exemplo claro dessa situação é o preço do algodão em caroço, do qual o Paraná é um dos grandes produtores, pois a arroba está fixada em NCz\$ 4,90 (quatro cruzados novos e noventa centavos) e somente o custo da colheita está em NCz\$ 1,00 (um cruzado novo) por arroba, além, é claro, de que o tipo 5 (cinco), a 5 1/2 (cinco e meio) vai ser raro nesse ano em função das condições climáticas, e também outras culturas estão nessas mesmas condições, pois permanecendo esses preços, muitos agricultores (a maioria) terão que vender suas propriedades para pagar os compromissos bancários.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos Diretores Presidentes de todas Cooperativas que atuam no Estado do Paraná, cujos endereços poderão ser fornecidos pela OCEPAR, e ao Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o Posto de Saúde do Distrito Toledano de Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

É de iniciativa do Vereador Leandro Donizetti Soares a presente solicitação que vê o setor de saúde do Distrito de Ouro Verde necessitando atenção especial pois o número de trabalhadores na área rural, ou bóias-frias, é bastante elevado. Como todos sabem, o poder aquisitivo desses trabalhadores é muito pequeno e muitas são as vezes que necessitam de deslocamento urgente, por problemas de saúde, até a sede municipal ou outros centros especializados, e não têm condições de fazê-lo.

Além disso, o Distrito de Ouro Verde conta, hoje, com uma população superior a 10 mil habitantes, o que por si só é um motivo para o atendimento desta solicitação.

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual do PDT, pede à Egrégia Assembléia que escreva aos Secretários de Estado da Administração e da Cultura solicitando urgentes providências de ampliação do quadro de funcionários da Biblioteca Pública do Paraná e recursos suplementares à mesma instituição, mercê de lamentáveis episódios, recentemente ocorridos, e a seguir relacionados:

1 - Falta de 54 atendentes - Bibliotecárias e/ou Pessoal Especializado, com 54 vagas em aberto no quadro de pessoal, em função de aposentadorias.

2 - Mudança do horário diário de fechamento da Biblioteca, das 22:00 horas para as 20:00 horas, com protesto comunitário amplamente divulgado.

3 - Fechamento extemporâneo de algumas salas, por falta de pessoal, com encerramento das consultas em horários tão esdrúxulos como 17:00 horas, 18:00 horas e até 15:00 horas ( - como aconteceu, testemunhado por este Parlamentar, nas tardes dos dias 29 e 30 de março, na Seção de Ciências Sociais e Direito, gerando protestos de inúmeros acadêmicos e pesquisadores -).

4 - Sobrecarga de frequência no sábado à tarde, por estudantes que trabalham nos dias normais durante a manhã e a tarde, e são forçados a filas de admissão com se-

nhas similares às de racionamento em tempo de guerra ( - tipo entra um só quando sai outro -). No sábado, dia 1º de abril, este Parlamentar viu a fila, sentiu o "Racionamento do acesso ao saber", e anotou a frequência, na catraca, às 16:00 horas - horas do fechamento -, de 3554 consulentes.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Além da lei, recentemente votada, que permite carta branca ao Governador para "contratações temporárias", sem concurso, em prazos de 2 anos: O artigo 215 da Constituição Federal diz:

"O Estado garantirá a todos (...) acesso às fontes de Cultura (...)". Nos países desenvolvidos, como a Inglaterra, instituições de pesquisa, - por exemplo, a Biblioteca do Museu Britânico, onde Karl Marx escreveu sua obra, entre tantos outros filósofos, poetas e pensadores, há mais de 300 anos, só fecha na sexta-feira santa e no dia de Natal, e se mantém aberta sempre até as 23:00 horas.

O mesmo exemplo se mantém na Biblioteca Nacional de Nova Delhi, na Índia, por certo bem mais limitada em suas carências e oportunidades pecuniárias do que o Paraná das "searas" e da boa arrecadação.

Tem-se falado na "ampliação da Biblioteca" - iniciativa digna de aplauso, com obras civis inclusive, oportunas e necessárias:

Pede-se neste texto, encarecidamente, "in memoriam" de pessoas como Bento Munhoz da Rocha Neto, Júlio Moreira, Romário Martins, e tantos outros frequentadores da Biblioteca - e seus benfeitores -, que se reconsiderem as medidas de "absurda economia".

Pede-se, sobretudo, pelos que precisam ter acesso a "largas fatias do pão da vida", - que é o saber acumulado e catalogado na principal instituição cultural da Cidade.

E não pedimos só os Deputados do Paraná, ao aprovarmos esta moção, - sabemos-lo, pede a própria consciência do Paraná que quer vê-lo forte, e com identidade "cultural", um e outro apanágios da "informação" e da democracia da informação.

Do trato frio, com "relógio ponto avarento", das nossas estantes jamais surgirá entre nós, por exemplo, um Jorge Luís de Borges, capaz de vencer a cegueira pela memória lida.

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que, (em atenção à denúncia do jornal "Curitiba Hoje" - edição de 04.04.89 - e considerando a logotípiia da Imprensa Oficial do Es-

tado na publicação de xerox em anexo, com 36 páginas, sendo 31 em papel normal, e capa e contracapa plastificadas e policromadas), indague dos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado de Esportes e Diretor da Imprensa Oficial o seguinte:

1 - Qual a tiragem do álbum "Regulamento do Campeonato Paranaense de Futebol - 89"?

2 - De quem é a responsabilidade editorial do mesmo? Do Poder Público ou da Federação Paranaense de Futebol?

3 - De quem é a criação da capa, com foto policromada do Governador Alvaro Dias e do Secretário Deputado Rubens Bueno?

4 - Há participação do Estado - com recursos orçamentários - no projeto do álbum?

5 - A Federação Paranaense de Futebol pagou à Imprensa Oficial pelo serviço?

6 - Qual o custo da edição?

7 - Onde estão as figurinhas, - são realmente "fantasmas", conforme denúncia anexa?

Já que o álbum tem data de janeiro passado, e a denúncia é já deste abril de 1989.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A parte da memória histórica dos campees paranaenses e seus artilheiros, desde 1915, e do regulamento (incentivo ao esporte), a publicação deveria ser mais explícita sobre sua responsabilidade editorial.

Isto num tempo em que os dinheiros públicos vão escassos, em que a Constituição proíbe promoção pessoal com dinheiro de orçamentos públicos, em que a própria Imprensa Oficial se ressentida de recursos para recuperar a memória do Estado, em projetos editoriais como as "reedições do jornal 19 de Dezembro", por exemplo, ou do livro "Panorama da Paisagem Paranaense", com preciosas aquarelas da coleção de Newton Carneiro, ou ainda do livro "Paraná - Brasil Diferente", reedição da obra de 1955 - polêmica - de Wilson Martins.

Isto num tempo em que a Biblioteca Pública está fechando mais cedo por falta de funcionários, sonegando acesso ao saber; em que o teto de toda uma ala do Hospital Oswaldo Cruz - isolamento de Curitiba - caiu sobre os doentes (março passado, próximo ao dia 7), tendo o Estado se limitado a trocar a diretora doutora Du Su Yn, como se ela própria fosse a própria escora do reboco mais que cinquentenário; isto numa época em que o mesmo hospital não tem UTI para os doentes de AIDS, ou ainda, numa época em que a ponte sobre o rio Iguaçu, em Foz do Chopim, caída na cheia de 1983, ainda não foi refeita por falta de recursos.

Sem falar nas duras medidas de contenção salarial do funcionalismo, com perdas retroativas às reposições anteriores ao Plano Verão do Governo Federal.

Em tempo.

E caso a responsabilidade seja do Estado, não cabe "gerar mais uma expectativa"

- a edição de figurinhas - e não atender, ainda uma vez ao povo.

#### REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná do Artigo do Colunista Renato Schaitza, Publicado no Jornal "O Estado do Paraná", na Pág. 4, do dia 05 de abril de 1989, tendo como título "Cheque em Branco" e, Requer, ainda envio de cópia do presente requerimento àquele Jornal.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) PEDRO TONELLI

O SR. PRESIDENTE - (Abibal Khury) Encerra a leitura do expediente, com a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, no Pequeno Expediente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres Deputados.

Ocupo rapidamente o Pequeno Expediente na tarde de hoje para abordar de forma bem sucinta mais um episódio desagradável nos trabalhos internos da Assembléia Constituinte Estadual.

É evidente que nós não possuímos na Assembléia do Paraná uma estrutura que permita, na parte administrativa, um trabalho dos mais técnicos até por falta de pessoal.

Mas, fui surpreendido por uma das comissões temáticas, exatamente a Comissão de Organização do Estado e dos Municípios.

Ontem chegou ao meu gabinete, na Liderança do PDC, no período da tarde, um ofício do Presidente da Comissão afirmando que o prazo para entregas de emendas ao Anteprojeto da Comissão Temática expira dia 5 de abril -, quarta-feira, que foi hoje, às 9 horas e 30 minutos.

Portanto, a comunicação foi ao gabinete da Liderança ontem à tarde dizendo que hoje às 9 horas e 30 minutos terminava o prazo para apresentação de emendas.

Até aí, apesar da sequência muito rápida das coisas ainda é possível não se protestar.

Mas, ocorre que o ofício fala em emendas ao anteprojeto. E o anteprojeto da Comissão, depois de muitas brigas durante a manhã de hoje chegou em meu gabinete por volta das 10 horas e 30 minutos. Portanto,

o anteprojeto que deveria ou teria o direito de emendar até às 9 horas e 30 minutos da manhã de hoje, chegou ao meu gabinete às 10 horas e 30 minutos, hoje. E eu pergunto? como emendar? Emendar o quê? Se a cópia do anteprojeto não foi distribuída nem mesmo às lideranças, pelo menos a Liderança do PDC recebeu quando o prazo já estava expirado.

Não sei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se os nossos trabalhos na Constituinte Estadual continuarem neste ritmo e nestas coisas secretas ou mais ou menos secretas, chegará a bom termo. Fica o meu protesto. Eu tinha várias emendas para apresentar na Comissão de Organização do Estado. Não as apresentei porque foi humanamente impossível respeitar um prazo que terminou, que expirou às 9 horas e 30 minutos e que esta Liderança só teve conhecimento do texto do anteprojeto às 10 horas e 30 minutos, depois da nossa assessoria brigar a manhã toda para conseguir cópia deste anteprojeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Senhor Basílio Zanusso.

A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito Laércio Santos, de Piên, Presidente da ASSULEP.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; hoje pela manhã tivemos uma reunião no plenário desta Casa, com a presença do palestrista, ou não sei se foi bem uma palestra, uma exposição, do Dr. Reginaldo Fanckin, advogado aposentado desta Casa, professor de Direito Constitucional, que veio à Assembléia Legislativa a convite do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury. Convite que eu, pessoalmente, reiteradas vezes solicitei e fiz ao Deputado Presidente da Assembléia Constituinte, entendendo ser a presença do Dr. Reginaldo nesta Casa da maior importância para todos nós, neste processo em que alguns prazos já estão vencendo, para orientação e discussão, porque a grande interrogação nas assembleias constituintes estaduais reside nos limites da competência, do que nós podemos, se vai mais ou vai menos.

Algumas assembleias acham alguns detalhes, que as assembleias constituintes devem ser mais arrojadas. Quer dizer, mais ou menos elásticas devem ser as novas constituições estaduais. Dentro deste entendimento, destes parâmetros, dispostos na Constituição Federal, é que veio o Dr. Reginaldo Fanckin, de manhã. E no meu entendimento, a sua presença foi da maior valia, porque quase todos os Parlamentares lá estiveram.

Evidentemente, algumas colocações do Dr. Reginaldo Fanckin foram contestadas,

pelo Deputado Nereu Carlos Massignan, Deputado Paul Lopes e alguns outros Parlamentares. Daí a valia da presença do Dr. Reginaldo que provavelmente não foi a única vez que aqui esteve, mas outros estudiosos de Direito Constitucional poderão voltar para discorrer sobre o mesmo assunto.

Eu ia, também, falar da proposta que fora feita pelo Deputado Paulino Delazeri e apoiada e endossada pelo Deputado Raul Lopes, na comissão temática sobre a Organização de Estado e Municípios, presidida pelo Deputado Djalma de Almeida César. Eu estive lá às 9 horas e 30 minutos, quando instalada fora a comissão para reiterar o convite aos integrantes daquela Comissão Temática para comparecerem ao plenário e participarem da reunião que já me referi, do Dr. Fanckin.

E lá, naquela oportunidade, quando o Senhor Presidente daquela comissão Deputado Djalma comunicava que o relator Deputado Kirinus, relator daquela temática havia recebido cerca de 150 emendas sobre o seu parecer, o relatório do Deputado Kirinus. E naquela oportunidade o Deputado Paulino Delazeri até dirigindo-se a mim na condição de presidente da comissão constitucional fazia uma sugestão, uma proposta que foi acatada pela sua comissão temática de que houvesse, se possível hoje ainda ou amanhã uma reunião entre os integrantes da Mesa diretora desta Casa, os líderes das bancadas e os presidentes e relatores das comissões temáticas para discutirmos alguns prazos ou agora que muito oportunamente o Deputado Edmar Luiz Costa comunica que foi impedido pela comissão temática de Organização do Estado e Municípios que ele faz parte, já que ele gostaria de apresentar algumas emendas e conforme comunicação recebida não lhe foi possível a apresentação.

Mas, é com esta preocupação e, eu respondendo aqui na oportunidade de poder informar ao Deputado Edmar Luiz Costa de que houve esta preocupação do presidente da comissão temática da qual Vossa Excelência faz parte e do Deputado Kirinus e no aproveitamento de todas as emendas já encaminhadas naquela oportunidade, algumas por certo como Vossa Excelência, que pretende ainda fazer chegar há uma preocupação do Deputado Kirinus e também ao Presidente da Casa que todas as propostas sejam examinadas pelo relator.

E sobre este assunto e da mesma forma o Deputado Paulino Delazeri com relação às suas propostas, suas emendas. Daí a proposta do Deputado Paulino Delazeri em que façamos essa reunião, repito, dos integrantes da Mesa Diretora da casa presidida pelo Deputado Anibal Khury, pelos relatores das comissões temáticas, da Constitu-

cional, o presidente e das lideranças das bancadas para discutirmos ainda hoje, se possível essa questão que envolve os prazos que nós temos no processo Constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia a presença do Prefeito Municipal de Marmeleiro, Senhor Osvaldo Agostini.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho oportuna a sugestão do Deputado Paulino Delazeri de que se faça uma reunião entre os relatores da Constituinte, o presidente da Comissão Constitucional, os presidentes das comissões temáticas, os relatores e os líderes das bancadas, para que se estude a prorrogação do prazo para apresentação do relatório final das comissões temáticas. Isso por que valho-me do exemplo da comissão temática cuja presidência me foi confiada que é a de Ordem Econômica e Social.

Nós ouvimos os mais variados segmentos da sociedade, recebemos centenas, se não pelo menos mais de um milhão de propostas populares.

Que mais ou menos, quase todas dizem respeito à nossa comissão, não teríamos, nem o Deputado Haroldo que é o nobre relator, nem eu, nem os outros membros da comissão, nem os assessores que requisitamos, o tempo físico para analisar e examinar tais coisas, até a data fixada pelo Regimento.

Para tanto precisamos de mais uma semana ou dez dias, para podermos apresentar então o relatório, de maneira consciente e não de maneira a fazer a Constituição como uma gincana, ou uma corrida de provas olímpicas, onde o cronômetro é mais importante. Importante é o que vai escrito na Lei, como vier escrito na Lei.

Vai facilitar a Comissão Constitucional inclusive, no meu ponto de vista, se cada comissão temática trazer as coisas de maneira enxuta.

Esta é a minha observação a respeito do que dizia aqui o Deputado Basílio Zannusso, e a respeito do que eu entendo, é consenso dos membros da Comissão de Ordem Econômica e Social e parece ser consenso de membros de outras comissões.

A propósito de outros assuntos que vão em voga, pelo Paraná de hoje em dia, eu gostaria de apelar ao Secretário da Saúde do Estado, que respondesse pelos jornais, ou vindo à Assembléia, as graves acusações que lhe faz o Senhor Dr. José Halciez Neto, Presidente da Associação Médica do Paraná,

porque não é um qualquer que faz tais acusações, senão o Presidente da Associação Médica do Paraná, sobre a má gerência dos recursos do SUDS, do Sistema Único de Saúde, no Estado; sobre a não instalação de um sistema de co-gestão para o Sistema Único de Saúde do Estado. Eu alerto aos Senhores Deputados do PMDB que há quem diga que o Senhor Secretário da Saúde está comprando aparelhos de Raios-X, desnecessários, ambulâncias desnecessárias, e fazendo com o dinheiro do Sistema Único de Saúde do Estado a sua campanha de Deputado Federal.

Alerto também que o município de Curitiba e mais 38 municípios não receberam 1.600.000 cruzados, só em Curitiba, da parcela referente do SUDS até o mês de maio entrante, que já deveria ter entrado aqui.

Alerto ainda, que terá Sua Excelência até o final do ano, pelas contribuições confiscadas, ou retiradas dos previdenciários, a soma muito importante de 82 bilhões de cruzados novos, que é, segundo me informava o Deputado Max Rosemann a verba prevista para o Sistema Único Integrado de Saúde, no orçamento vigente, na Federação e no Estado. Para que o Governo não tenha dúvida sobre a sua seriedade é importante que Sua Excelência depressa crie este Conselho, do qual ele seria Presidente nato, para administração do Sistema Único de Saúde do Estado, ou, pelo menos, se digne a usar a farta mídia oficial do Governo do Estado, para responder ao Presidente da Associação Médica!

É, pelo menos, o que esperamos nós, paranaenses, curitibanos que lemos a "Gazeta do Povo"!

Em tempo, a Biblioteca Pública do Estado do Paraná precisa tornar a abrir até às 22 horas, não pode estar fechando às 20 horas. Quem sabe a lei aprovada ontem, quem sabe esta Lei permita a contratação das 54 bibliotecárias que faltam para a Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

No último sábado os estudantes se acumulavam lá, eram 4.554, quando eu vi a catraca, e havia um verdadeiro racionamento do saber. Era assim: - tinha fila de estudantes, as mesas estavam todas ocupadas, quando um saía o outro ganhava a senha para entrar. Que nem racionamento de carne, de pão em tempo de guerra, fila de União Soviética em mercado popular. Nós criamos agora no Governo Álvaro Dias, o racionamento do saber! Porque a Biblioteca que, por 40 anos funcionou até às 10 horas da noite, passou a fechar às 6 horas da tarde, os comerciários, os trabalhadores não podem usar a Biblioteca, e o racionamento do saber está fazendo com que as pessoas vão todas no sábado, e no sábado é só com senha.

A Senhora Sônia Maria Breda tem a nossa solidariedade, ela que é a diretora da biblioteca, esposa do digníssimo Chefe da Casa Civil do Governador; porque eu entendo que quer ela contratar 54 bibliotecárias necessárias para que não aconteça o que aconteceu nos dias 29 e 30 de março, quando vários estudantes de Direito foram convidados a sair da sessão Ciências Sociais às 15:00 horas da tarde, porque já não havia quem cuidasse da biblioteca naquela ocasião. Que pelo menos a lei das contratações temporárias valha para acabar com esse racionamento do saber. É o nosso apelo, é a nossa intervenção.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; a Bancada do PMDB presenciou a poucos instantes o Governador Álvaro Dias cumprir mais um de seus compromissos, como vem cumprindo aliás todos os seus compromissos durante toda a sua vida como político.

Quando votamos a manutenção do veto do Senhor Governador há dias atrás, o mesmo justificava de que naquele momento era impossível para o erário público fazer aquele pagamento, mas tão logo o Estado tivesse as condições, ele o faria. Hoje, atendendo a solicitação da Bancada do PMDB, mesmo com imensas dificuldades, o Governador anuncia a reposição dos 39% aos senhores funcionários públicos. É evidente que o povo do Paraná tem que confiar num Governador da estirpe do Senhor Álvaro Dias, um político que como sempre o fez, cumpre os seus compromissos, não como tantos que nós conhecemos que divagam em pronunciamentos, mas que na hora do cumprimento da sua palavra, da sua obrigação, do seu dever, não estão presentes. Mas o Governador Álvaro Dias foi além, já para o próximo mês determinou o pagamento de 9,91, correspondente à inflação de fevereiro e à de março.

É evidente que a Bancada do PMDB tem que continuar dando respaldo ao Senhor Governador Álvaro Dias, porque o Senhor Governador também vem dando respaldo à nossa Bancada.

Hoje, a imprensa do Paraná se fez presente, dando o seu apoio ao Governador nessa ação popular infeliz, que o Deputado Nereu Carlos Massignan impetrou contra o Senhor Governador. O Senhor Governador está obtendo o apoio da imprensa de todo o Paraná, que afirma peremptoriamente que dos últimos governadores, este é o que menos tem feito despesas com a imprensa, e os senhores proprietários dos grandes jornais do Paraná, proprietários de canais de

televisão, se preciso irão a juízo provar isso. Manifestaram hoje pela manhã ao Governador Álvaro Dias justificando desta forma, as manifestações de companheiros da Bancada do PMDB, neste Plenário em outras ocasiões. Ora, receber o apoio dos Senhores proprietários de jornais, de TV, realmente, faz com que o nosso Governador deixe a impressão aos paranaenses, de que ele sim, tem correspondido com a verdade; de que ele sim sabe conduzir-se perante a opinião pública.

E é por isto, que nesta oportunidade, em nome da Bancada do PMDB, felizes, por termos cumprido mais este compromisso, com a população do Paraná, eu anuncio a este Parlamento, o aumento que o Governo do Estado, a correção que o Governo do Estado está dando, de 39% aos Senhores funcionários públicos, já a partir do mês de abril, com mais 9.91% correspondente à inflação de fevereiro e março.

Meus parabéns Governador Álvaro Dias, e continue assim agindo com correção e com honestidade; e Vossa Excelência terá, como sempre teve, a Bancada do PMDB ao seu lado, porque, estar ao lado dos homens sérios, é um orgulho para aqueles que assim agem, para com aqueles que assim se conduzem.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conforme prometi volto à tribuna, para continuar a leitura da ação popular, que impetrei contra o Senhor Governador do Estado para que o Poder Judiciário, em quem eu acredito e deposito a extrema confiança, venha a adequar o comportamento do Governador à Constituição Federal. Faça com que o Governador, como disse ontem, adentre o caminho da estrada democrática, que é o respeito à Constituição.

Mas, antes de prosseguir na leitura, ouvi agora há pouco, e não me surpreende, porque desde segunda-feira, sempre, em cada sessão, é designado um relator da Bancada do PMDB, para falar a respeito do Deputado Nereu Carlos Massignan. Foi 2.<sup>a</sup>, foi 3.<sup>a</sup>, foi 4.<sup>a</sup> certamente será na 5.<sup>a</sup>, voltará na 2.<sup>a</sup> feira, na medida em que a Bancada do PMDB designa relatores para contestar a ação popular, é porque ela mexe, é porque, mesmo a Bancada do PMDB que defende o Governador, na sua postura de promoção pessoal, sabe, que acima desta defesa apaixonada, que fez o líder agora, existe uma outra paixão maior, que é o Poder Judiciário, e a este fatalmente eles, como nós todos, teremos que nos cur-



var.

Falou-se em apoio ao Governador Álvaro Dias; eu não estou, na medida em que impetrei a ação popular, pretendendo a unanimidade de todos, contra o Governador.

Admito os apoios, admito o louvável e apaixonável discurso do Líder do PMDB, mas, não é assim que pensam algumas manifestações que recebi, e uma delas é sugestiva, do Centro Patriótico Tiradentes de Maringá. O próprio nome chega a ser redundante, porque invoca o nome de Tiradentes e precede de patriótico, porque realmente neste País precisa se redundar o patriotismo, precisa realmente se adjetivar com exaltação os nossos heróis. Que diria Tiradentes disso que vimos hoje neste País e neste Paraná? O que pensaria este enlouquecido, como dizia Tancredo, desse herói, certamente Tiradentes não faria promoção pessoal da sua caminhada libertária, porque a sua caminhada libertária não era a proposta pessoal de Tiradentes. Era proposta da liberdade do Brasil. É isto que nós queremos aqui, a liberdade neste Paraná! E esta liberdade se faz quando nos curvamos à Constituição!

O nobre Líder afirmou que o Governo Álvaro Dias é o que gastou menos de todos os Governos. Pois bem, Deputado Artagão, abra as portas da Secretaria da Comunicação Social, abra os gastos da publicidade da COPEL, do Banco do Estado, da SANEPAR, abram! Exponham esta transparência do discurso na prática e nos diga, Deputado Artagão, quanto custou o regulamento do Campeonato Paranaense de 1989, impresso pela Imprensa Oficial do Estado. Dinheiro da LOTOPAR, pois abra a LOTOPAR, queremos saber! E no caso da LOTOPAR, o Deputado Edmar Luiz Costa é especialista. Diga a LOTOPAR quanto custou esta luxuosa encadernação.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência concede-me um aparte?

E porque não se imprimiram as figurinhas que vão aos jornais agora, dizendo que o Governo deu o calote nos torcedores porque querem, as pessoas, outras figurinhas além da figura policrônica do Deputado Rubens Bueno e do Governador, querem as figurinhas dos craques, porque é o álbum de figurinhas, cujas figurinhas não se distribuem desde janeiro. A figura única é a capa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Vossa Excelência, permite-me um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- ... Em seguida, nobre Deputado.

Falou o Líder do PMDB no apoio. "O Jornal do Estado", de hoje, em editorial de primeira página, assinado pelo seu Di-

retor-Proprietário Roberto Barroso Filho, escreve um artigo intitulado "A PASSARELA DO GOVERNADOR" e o seu texto nada de louvores tece ao Governador, pelo contrário, desmente o que há pouco disse o Líder do PMDB.

Há relatores contestatário de plantão na Bancada do PMDB, mas, tenho uma segurança de ação popular não é uma caminhada solitária. Eu já disse e friso, ao clamor público, ao "vox-populi" e este "vox-populi" e este clamor é o melhor apoio que se pode receber, ainda que às vezes eu possa me sentir solitário nesta caminhada, que alguém possa imaginar quase quisotesca, mas, que, haverá o momento da luz, haverá o momento do parto, porque penso ainda e acredito ainda que há três Poderes no Paraná: O Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

E este, na sua grandeza e tradição de mais de cem anos, não vai se omitir na apreciação do fato.

Concedo aparte ao lustre Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa- Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência tem razão quando pede que o Estado pratique o seu discurso quando fala em transparência na aplicação dos recursos públicos, especialmente em publicidade. Publicidade de caráter pessoal, não aquela institucional do Estado. Não há que se falar apenas na Secretaria de Comunicação Social e nos órgãos da administração indireta, como COPEL, SANEPAR, etc...

Um dos grandes cancros na distribuição indevida de publicidade, é realmente o serviço de loteria do Estado do Paraná, que gasta horrores nos órgãos de divulgação do Estado e nunca divulga claramente o volume desses gastos. Mas, além do serviço oficial da loteria do Estado, o que o Paraná inteiro pergunta, é o seguinte: será que o "caixinha" do jogo-do-bicho também está financiando publicidade ou o "caixinha" é só para assuntos de caráter particular?

Que o "caixinha" existe todo mundo sabe, porque houve acerto do Governo com os famosos homens do jogo-do-bicho, em Curitiba, no Paraná repentinamente o próprio Governo admitiu o rompimento desse acordo que visava destinar recursos do jogo-do-bicho para as entidades assistenciais. Rompeu-se o acordo, o jogo continuou aberto, eu até não sou contra porque é impossível controlá-lo, mas há que se saber os recursos do "caixinha", porque o povo continua sendo lesado, os prêmios foram defasados, foram diminuídos em função do famoso acordo Governo e bicheiros, em favor das entidades assistenciais. Não se eleva-

ram os prêmios e rompeu-se o acordo. Para onde vai o dinheiro? É uma pergunta que o Paraná inteiro está fazendo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, nobre Deputado Edmar Luiz Costa. Eu vou prosseguir na leitura, mas antes disso quero lembrar ao nobre Líder do PMDB, que faz pouco mais de trinta dias que esta bancada votou contra a derrubada do veto do Governador.

Em trinta dias fizeram como Cristo, o milagre da multiplicação dos pães e transformaram o Paraná no melhor Estado da Nação. Em trinta dias a arrecadação do ICM melhorou. Quero lembrar a esta Bancada que os 39% era para vir em janeiro deste ano, já estamos adentrando abril e agora pergunto, a partir de quando os 39%? A bancada do PMDB acredita que 9% é a inflação deste ano... e o plano verão do Presidente Sarney. A bancada do PMDB está endossando esses índices mentirosos do plano verão, de Mailson da Nóbrega e a inflação de janeiro de 70%. Vossas Excelências estão endossando esta política econômica e injusta de arrocho salarial. Passamos por uma greve geral, nobre Deputado, e vem agora fazer exaltação do plano verão.

(Discursos Paralelos)

O Deputado Pedro Tonelli, ontem me pediu um aparte e eu vou concedê-lo.

(Discursos paralelos).

Senhor Presidente, na medida em que toda a bancada o PMDB pede aparte, seria conveniente registrar as preferências, porque eu não consigo controlar.

Concedo um aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli- Eu agradeço ao nobre Líder do PSDB, por ocasião, quando solicitei o aparte ontem e neste momento também, a preocupação principal na tribuna, é o abuso de poder e o desrespeito com a nova lei e com a nova Ordem Institucional, escrita num documento político assumido pela Nação, que é a Nova Constituição.

Quero dizer também, nobre Deputado, que a Bancada do PT está completamente solidária com a iniciativa de Vossa Excelência, porque esta luta é uma luta incansável neste parlamento e que um dia será vitoriosa. Um dia certamente nós teremos um Poder Executivo que cumpra a lei e que cumpra a Constituição. É lastimável nós continuarmos assistindo aos cofres públicos que não tem recurso para pagar funcionário público, que não tem recursos para pagar alguns e não tem recursos para pagar para outros e de repente se dá ao luxo de destinar 11 bilhões e meio de cruzados para a Secretaria da Comunicação Social, que é de se perguntar para que serve? E de

destinar numa noite de domingo no programa do Fantástico 139 mil cruzados para quatro instituições? Para tentar mostrar para a Nação que o Governo Álvaro Dias existe, porque se não fosse isto a Nação não saberia que ele existe como um representante digno do povo paranaense.

Por isso, Senhor representante do PSDB, ocupando a tribuna neste momento, estou plenamente solidário. E digo mais, ovi agora há pouco do Líder da Bancada do PMDB, dizendo que o que este Governo gasta com a imprensa é menos do que os outros Governos. Não importa neste momento e nesta questão Vossa Excelência tem razão, nobre Deputado Nereu, não importa se é menos ou mais. O que importa é que é proibido, não se pode gastar nada. Se for menos ou se for mais não interessa. O que interessa é que é preciso que a nova lei seja cumprida e que a propaganda personalizada de quem quer que seja está proibida por lei.

Por isso a iniciativa da ação popular é procedente e tem o nosso apoio.

Muito obrigado, Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Pedro Tonelli, a sua solidariedade. Na sequência concedo aparte ao Deputado José Felinto que ontem também estava na preferência.

O Sr. José Felinto - Meu caro Deputado Nereu Carlos Massignan, estou atento ao seu pronunciamento desde ontem e quero informar que Vossa Excelência, também assinou juntamente comigo um Pedido de Informações à Comunicação Social para analisarmos com relação aos gastos do Governador Álvaro Dias, como também dos Governos passados. Mas o que estranho com relação a Vossa Excelência na tribuna, um bom tribuno, um bom Parlamentar, um jurista, que tem que ser assessorado pelo Líder do PDT, Rafael Greca de Macedo, deixou-me um pouco surpreso nesta tarde de hoje, Fiquei realmente um pouco surpreso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Apoiado, nobre Deputado. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Quero esclarecer que não precisei da assessoria do Deputado Rafael Greca, mesmo por que na sequência, ele me pediu um aparte que eu concedo neste momento.

O Sr. Rafael Greca de Macedo- Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência concedeu-me um aparte, mas parece que me precede o Deputado Valderi Vilela.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- Não. Nas minhas anotações eu tenho Vossa Excelên-

O Sr. Rafael Greca- Vale, Deputado Nereu Massignan ainda para endosso da sua intervenção brilhante neste Grande Expediente, que não há uma unanimidade da imprensa do Paraná a propósito do Governador Álvaro Dias. Fosse verdade essa unanimidade nós não teríamos aqui, por exemplo, no "Jornal do Estado", o Advogado que denuncia o desvio de milhões de cruzados, seis milhões de cruzados do BADEP para fins políticos. Não teríamos também o Editorial onde o jornalista Roberto Barrozo Filho, com o título "A passarela do Governador", reedita o seu pai de saudosa memória, com a pena fina e paranista, mostrando exatamente o que pensa a sociedade paranaense a respeito do Governador. E não teria tido o radialista José Vicente, em data da divulgação da pesquisa da grande popularidade do Governador Álvaro Dias, que cortar os microfones e os telefones da Rádio PRB2, como aconteceu na semana passada porque sucedeu-se o povo numa série de impropriedades que fatalmente tirariam a rádio do ar. O testemunho é pessoal, meu, eu vi o radialista José Vicente fazer isso, vi a divulgação da pesquisa e vi na sequência a reação da população. Parece que há em Palácio esse interesse muito forte, esse interesse muito grande de não perceber que falta ao governante a asa para o vôo maior, que é o objeto da licença que se vai votar nesses dias. Falta ao governante, talvez para consumo interno do PMDB, valha ao governante a idéia da sua candidatura à Presidência da República.

Mas nós paranaenses sabemos - e a História do Paraná precisa saber por que sai o Governador, ainda que temporariamente do Governo. Sai para amainar a sua crise com o Judiciário, com o funcionalismo, com o Banco do Estado do Paraná e com os graves problemas que afligem este Estado neste momento.

A nau dos insensatos pode prosseguir, não querendo ver, mas vale sobre todos a condenação do Evangelho que pior é o cego que não quer ver, aquele que enxerga o cisco no olho do vizinho e não enxerga a trava que lhe pende do pescoço. E pende uma trava sobre esse Governo enquanto persistir a injustiça salarial sobre o funcionalismo, perde uma trava sobre esse Governo enquanto persistir gravíssimas denúncias como, por exemplo, a da não distribuição do dinheiro do SUDS, denúncias respaldadas pelo Presidente da Associação Médica do Paraná no Jornal "Gazeta do Povo". Aí aonde a unanimidade se a "Gazeta do Povo" empresta ao Presidente da Associação Médica do Paraná a sua página principal de domingo para em artigo de fundo dizer do descontentamento de toda a classe

médica, dos atendentes de saúde com relação ao Secretário da Saúde.

Então, Deputado Nereu Massignan, toda unanimidade é extremamente burra. Nós nos associamos a Sua Excelência, nas suas palavras, nas suas ações parlamentares pelos motivos já expostos, mas sobretudo pela inteligência da sua postura que quebra essa burrice, essa mesmice a qual se quer condenar esse pobre Paraná, se não bastasse o resultado da eleição passada.

Era isso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, ilustre Deputado Rafael Greca. Vossa Excelência enriquece o meu pronunciamento, dando fatos concretos em relação ao fato que estamos abordando.

Mas se falou aqui nos gastos com publicidade em torno de 11 bilhões de cruzeiros ou 11 milhões de cruzados. Isso corresponde a 0,7% do Orçamento do Estado do Paraná. Parece uma cifra pequena à primeira vista. Mas atentem, Senhores Deputados para o seguinte fato: para a Secretaria da Cultura o índice orçamentário é o de 0,4%, pouco mais da metade do que se gasta com publicidade. A conclusão que eu chego é que a publicidade no Paraná, a promoção pessoal do Governador tem muito mais valor que a Cultura deste Estado, que é rica, que é boa, que é cheia de tradições. Para a cultura, 0,4% do Orçamento; para a promoção pessoal do Governador, 0,7% do Orçamento.

Concedo o aparte pela Ordem e na sequência ao ilustre Deputado Nelson Vasconcellos.

O Sr. Nelson Vasconcellos- Caro Deputado Nereu Massignan, Líder do PSDB, nesta Casa. Atentamente estou ouvindo o seu pronunciamento muito feliz porque coloca tudo no seu devido lugar. Mas gostaria de aproveitar esta oportunidade também para solidarizar-me com o pronunciamento do Líder do PMDB que me emocionou muito quando anunciava daquela tribuna o aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. Emocionou-se porque primeiro surraram os professores, jogaram bombas, puseram a cavalaria em cima dos professores e o próprio Governador deu o calote na sua assinatura do seu projeto em que dava 100% em janeiro, e 39% em março. Isto para nós foi muito bom, ver este discurso sentimental, e até quase eu chorei, porque depois de empatar o nosso funcionalismo público, acordou-se o PMDB do Paraná e o Governador do Estado para fazer justiça a uma reposição salarial que é devida, que é honesta, que é sincera reivindicada por nosso funcionalismo público. Por isso eu tinha que

fazer estas colocações, porque o Líder do PMDB trouxe "emoções sentimentais" àquela tribuna, dizendo que era o governo que cumpria aquela promessa. Ele cumpre a promessa, mas depois de bater, de quase matar o funcionalismo público. Aí ele traz o seu aumento e aumento nunca! Uma reposição salarial, somente, baseada num plano verão furado, onde nós tivemos uma inflação no mês de janeiro de 70%.

Esta era a minha intervenção, caro Líder do PSDB e grande Líder desta Casa.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu agradeço a emoção de Vossa Excelência e junto dela eu sei que vem toda a sinceridade de um homem respeitado, como é Vossa Excelência, Deputado Nelson Vasconcellos. Eu vou prosseguir a leitura da ação popular porque meu prazo já está quase se esgotando:

"Desta forma, vê-se que a propaganda do Governo do Estado do Paraná, está muito longe de ser impessoal, pois não mostra a ausência de atribuição pessoal - grifado isso - já que é feita com total designação ou menção à pessoa - também grifado - que todos notam facilmente do que se trata." Além do "caput" também o § 1º do art. 37 da Carta Magna foi violado, pois o mesmo determina que "a publicidade estatal deve, necessariamente, ter caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar: nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal."

Eu desafio a Bancada do PMDB em fazer comigo uma caminhada por aí, e não precisa ir muito longe que placas existem à vontade, para ver se lá não existe o símbolo do governo. Se não existir o símbolo do governo e se tiverem tempo de apagar, a partir deste momento e no resto dessa madrugada, amanhã pela manhã eu retiro a ação popular que está no Tribunal de Justiça.

Prossigo: "Valendo-se novamente das lições..."

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu queria um aparte, seu horário está esgotando, e por uma questão democrática eu gostaria de consultar a Vossa Excelência, se eu declinar do pedido de aparte, Vossa Excelência concederia para o Deputado Caíto que, insistentemente, está solicitando.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em seguida eu concedo. "Valendo-se novamente das lições do inoxidável De Plácido e Silva, jurista paranaense, quanto à extensão dos vocábulos constantes dos dispositivo em análise, tem-se que: educação, é preciso recorrer ao dicionário para justificar esta ação, para mostrar o que é educação que está dito à Constituição, recorreremos até ao dicionário para dar uma lição de educa-

ção. Derivado do latim educatio de educare, instruir, ensinar, amestrar. É geralmente empregado no Direito Civil - e o Deputado Edmar Luiz Costa é autoridade na matéria - para significar a ação de instruir e de desenvolver as faculdades físicas, morais e intelectuais de uma criança ou mesmo de qualquer ser humano. Nesta razão, educação não possui somente o sentido estrito de ação de qualquer espécie de educação física, moral, intelectual, consistindo, assim, em ministrar ou fazer ministrar lições, que possam influir na formação intelectual, moral ou física da pessoa, a fim de prepará-la, como é de mister, para ser útil à coletividade.

Consulto à Presidência se poderei usar do horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência poderá usar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, Sr. Presidente. Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Nereu, Vossa Excelência está sendo incoerente quanto ao seu pronunciamento. Eu diria o seguinte: se pudesse, na Constituição, transferir os mandatos dos Deputados para outros Estados, Vossa Excelência já era candidato a candidato a Deputado Estadual por São Paulo, assim como o Deputado Rafael Greca para o Rio de Janeiro.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência quer tirar o meu direito de cidadania paranaense?

O Sr. Dirceu Manfrinato - A incoerência de Vossa Excelência se relaciona pelo fato de Vossa Excelência criticar exatamente uma pessoa que representa o Paraná, que é o Governador Álvaro Dias. Vossa Excelência hoje procura descarregar as suas baterias, tirando o mérito de um político responsável, um político que iniciou a sua vida deste vereador na cidade de Londrina, e que hoje se destaca a nível nacional e Vossa Excelência, como se diz paranista, mas prestigia um candidato da região de São Paulo e se esquece que é Deputado Estadual pelo Paraná.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Deputado Manfrinato, eu não estou analisando Governo algum. Eu estou analisando a infração à Constituição e a promoção pessoal.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu estou com um aparte de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O Governo

Álvaro Dias nós poderemos analisar em uma outra oportunidade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência critica com relação aos gastos com a imprensa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não critico a promoção pessoal, que é diferente. Vossa Excelência não ouviu o que eu li na minha ação popular?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência acusou que são 11 milhões de cruzados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Deputado Nereu que já se encontra no horário do PSDB.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência acusa que há gastos de 11 milhões com a imprensa e que a Secretaria da Cultura tem uma verba insignificante. Eu até concordo com Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Isto é verdade, está no Orçamento.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Porque no ex-Governo do PMDB que Vossa Excelência participou, na Casa Civil, também não havia recursos. Vossa Excelência sabe perfeitamente que amanhã será assinado com o Governador Álvaro Dias e com a TELEPAR, mais de 20 mil telefones para a área rural do nosso Estado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sejam bem-vindos, estamos de acordo e isso é necessário. Ele foi eleito para governar o Estado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Talvez Vossa Excelência não tenha ainda conhecimento do valor desse contrato que beneficiará a população paranaense.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Logicamente, permita-me uma interrupção. Vossa Excelência sabe qual é o programa de casas populares para este ano no Governo do Paraná, e que consta do Orçamento. Vossa Excelência sabe?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência está desviando o assunto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não. Vossa Excelência sabe? Vossa Excelência sabe qual é o programa de casas populares que consta do Orçamento? Sabe ou não sabe? Vossa Excelência sabe?

O Sr. Dirceu Manfrinato - São 50 mil ca-

sas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Não é. Mentira. São 15 mil casas. Vossa Excelência defende o Governo e não conhece o programa do seu Governo, e dessas 15 casas, nenhuma foi construída este ano.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concedeu-me o aparte e se Vossa Excelência não quer ouvir a verdade, porque Vossa Excelência agora virou professor de Deus, aqui neste Assembléia Legislativa...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu espero que Vossa Excelência seja breve. Existem outros Deputados que solicitaram apartes.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu serei breve. Apenas quero fazer umas colocações, quando Vossa Excelência diz que eu estou mentindo, eu retorno isso a Vossa Excelência. Vossa Excelência é que está mentindo e usando de demagogia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não afirmei que seriam 50 mil casas. São 15 mil, de quem é a mentira?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência teria que ter um maior e profundo conhecimento com relação à questão da comunicação social. Um Governo que não divulga - e no caso deste convênio que será assinado amanhã, para que a população rural tenha conhecimento, ou seja pela rádio ou pelos programas sertanejos ou seja pela imprensa de televisão ou pela imprensa escrita, como é que teria acesso essa população para adquirir um aparelho telefônico na área rural? O Governo necessita divulgar os seus convênios.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Prossigo na leitura:

"Ora, nem mesmo com a mais absoluta isenção de ânimo poder-se-ia admitir que as propagandas oficiais em questão poderiam influir na formação intelectual, moral ou física de alguém, com o fim de prepará-lo para ser útil à coletividade, donde concluir-se a inevitável conclusão de que as ditas publicidades não possuem caráter informativo.

Informação - outro item - também de Plácido e Silva, do latim "informatio", de "informare" (instruir, esboçar, dar forma), é o vocábulo tido, geralmente, no sentido de "notícia", "comunicação", "pesquisa" ou "exame" acerca de certos fatos, que se tenham verificado e para sua confirmação e elucidação. E, neste aspecto, equivale a "conhecimento" e "cognição".

A "ratio legis" do dispositivo se refere a uma informação de alcance social, como por exemplo informar dias de pagamentos de tributos, dias e locais de vacinação, etc. É mister que a comunicação seja de caráter formal e de interesse da coletividade, no sentido do esclarecimento social.

As propagandas da administração estadual não tem caráter informativo, pois não visam noticiar, nem comunicar, nem pesquisar, tampouco examinar qualquer fato, visa apenas apenas atribuir ao Excelentíssimo Governador o patrocínio de obras do Governo do Estado.

Para esclarecimento da expressão "orientação social", pronunciam-se da seguinte maneira outros autores:

"ORIENTAR- Determinar, encaminhar, guiar, dirigir, indicar o rumo..."(Dicionário da Língua Portuguesa do MEC).

"SOCIEDADE - Agrupamento permanente de indivíduos humanos que ocupam determinado lugar..."O Paraná, por exemplo. "Tem a mesma língua, os mesmos usos e costumes e mantém entre si relações convencionais, políticas, econômicas e culturais, sob as regras comuns de convivência.

O vocábulo "orientação social", constante no texto constitucional, tem, portanto, o sentido de direcionar a comunidade para certo aspecto da administração. As publicidades estatais "in casu" também não orientam a população sobre nenhum assunto.

Orientação social seria, "v.g", o esclarecimento da população sobre a forma de preencher um guia de recolhimento de impostos; ou ainda, sobre o tráfego, em caso de desvio do itinerário comum, face algum evento". Ou ainda como gosta o Deputado Alborghetti - e é procedente esta sua luta - a divulgação de campanhas educativas a respeito do tráfego, do tóxico, dos males que afligem essa nossa juventude. Isto a gente não vê na televisão e nos jornais.

O Sr. Lindolfo Júnior - Vossa Excelência concede-me um aparte, Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Se houver tempo, meu nobre Deputado.

"A regra do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal proíbe que constem...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu encerro então a minha leitura e imediatamente me inscrevo para o próximo Grande Expediente se não houver outro na frente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa

poderá considerar como lido o seu pronunciamento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Excelência, eu faço questão de lê-lo, agradecendo a Vossa Excelência a deferência que faz, mas mesmo assim me inscrevo no Grande Expediente, para uma próxima vaga que houver.

O Sr. Lindolfo Júnior- Deputado Nereu, Vossa Excelência tem ainda um minuto-são 7 minutos e meio - concede-me um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - concedo aparte com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrado o seu tempo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então infelizmente não posso atender ao seu apelo, meu prazo está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Representação do PT com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Plano Verão não resistiu sequer a uma estação. Este trocadilho resume o previsível desfecho do Plano Verão. O governo Sarney tem se caracterizado pelos fracassos e desacertos, pela corrupção e incompetência, pela falsidade e irresponsabilidade administrativa desta Nação.

Hoje, folheando os jornais locais e nacionais, encontramos manchetes verdadeiramente ilustrativas como estas:

"Reposição de 7,17% . CUT em pé-de-guerra" (O Estado do Paraná).

"Universidade de Maringá entra em greve. Novamente".

"O gás pode faltar outra vez. Existe ameaça de greve".

"Intensificadas as campanhas salariais". ( Gazeta do Povo).

"Várias categorias de profissionais próximas de greve".

Poderíamos continuar fazendo uma extensa lista de manchetes, anunciando movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. No Paraná temos a greve dos servidores do Hospital Evangélico, que já dura uma semana. A greve dos operários da Ford-New-Holland, iniciada na segunda-feira. A greve dos professores e servidores da Universidade Estadual de Maringá, iniciada ontem. Temos também indicativo de greve de outras categorias, como a dos professores da rede privada de ensino, dos servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha,



dos funcionários da COPEL e SANEPAR, que têm assembleia hoje.

Os jornais trazem também notícias sobre o tumulto registrado ontem no Rio de Janeiro, durante greve dos ferroviários. O país está espantado diante das quase 100 mortes (assassinatos) registrados no Rio de Janeiro nos últimos cinco dias.

Estamos acostumados a receber via satélite, em nossos lares notícias sobre as tragédias ocorridas no mundo. Sempre alimentamos com vaidade a opinião de que o Brasil é um País maravilhoso, pois aqui não tem vulcão, nem ocorre terremoto.

Aliás, os recentes terremotos no Nordeste mostram que não estamos livres nem deste fenômeno.

Mas, não estou interessado neste momento em exaltar as dádivas geográficas deste imenso país. Estou sim, preocupado com a absoluta irresponsabilidade do governo, que está jogando o país na convulsão social. A criminalidade no país atinge índices alarmantes e os ventrílocos da direita insinuam que a solução é a aplicação da pena de morte.

Esquecem estes Senhores que a criminalidade, salvo os casos patológicos, tem raízes na situação social em que se encontra o povo. A luta desesperada pela sobrevivência faz aflorar a violência com todas as suas faces.

O Plano Verão, ao arrochar profundamente os salários, criou um clima de desesperança no país. É insuportável o peso imposto pelo Governo aos assalariados. As consequências desta irresponsabilidade estão aí, às vistas de todos.

Quanto maior a miséria de um povo, mais explícito se torna o cinismo dos governantes. Este tem sido o comportamento dos nossos governantes, seja a nível estadual ou a nível federal. Basta ver o irrisório índice de reposição oferecido pelo Governo: 7,17%. Esse ultraje provocou a justa indignação do presidente da CUT, Jair Meneghelli, que previu uma reação dura dos trabalhadores. As greves estão aí, pipocando em todo o país.

O governo Sarney, que sempre acusou a CUT e o PT pela iniciativa destes movimentos, parece que decidiu apostar suas últimas fichas na conturbação social do país, com o claro objetivo de criar um caldo de cultura para manobras que desviem o Brasil do caminho da democratização.

É esta a leitura que podemos fazer dos últimos atos do governo que apresentam o que há de mais requintado em termos de cinismo e provocação.

No Paraná, a postura do governador Alvaro Dias não tem sido diferente. Basta recordar o tratamento dispensado ao funcionalismo. As perdas salariais acumuladas somente neste primeiro trimestre já chegam

a 87,25% - índice este que somado aos 39% negados por esta Casa e referente às perdas do ano passado, totaliza uma defasagem bem acima de 100%.

Enquanto isso, aprovamos ontem um reajuste para os magistrados. Este tratamento desigual é perverso e imoral. Não negamos o direito a melhores salários, reivindicado pelos magistrados. Repudiamos, sim, a insidiosa e odiosa discriminação promovida por este Governo. Basta lembrar o caso da PM, onde os oficiais tiveram um reajuste de 190% e os soldados de apenas 90%. Basta lembrar também a proposta feita ontem pelo Governo aos servidores da Saúde, oferecendo reposição de 68,29%, quando a defasagem calculada pelo IPC (índice do governo) é de 145,25%.

Este governo trata os seus servidores como se estes pertencessem a diferentes castas. Alguns são privilegiados, enquanto a imensa maioria é duramente castigada. Temos um caso muito próximo de nós. Os comissionados da Assembleia tiveram um reajuste em fevereiro, enquanto os demais servidores permanecem com seus salários congelados.

Precisamos dar um basta a esta situação. A flagrante injustiça cometida contra os assalariados deste país dá razão aos que defendem nova greve geral. Calar diante da expropriação que está sendo praticada contra a classe trabalhadora é tornar-se conivente com a explosão social que começa a assumir contornos cada vez mais dramáticos no País. Antes de colocar ambições políticas em primeiro plano, os governantes deveriam estar mais preocupados em resolver esta questão, a começar pelos seus Estados. Certamente, o funcionalismo estadual não recomenda Alvaro Dias para o Brasil - a não ser como uma fórmula de afastá-lo muito em breve do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência anuncia a presença neste Plenário do pintor e artista plástico Senhor Czeslaw Lewandowski.

No Horário das Lideranças concedo a palavra à Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PDC.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço vênica aos nobres colegas para trazer ao conhecimento desta Casa o teor da carta de Brasília elaborada pelo Partido Democrata Cristão - PDC, em reunião realizada em fevereiro deste ano e destinada a avaliar o estudo da sucessão presidencial dentro da democracia cristã.

Diz a Carta de Brasília: (Lê):

O Partido Democrata Cristão, reunido em Brasília, em 23 de fevereiro de 1989, com a participação de seus Governadores, Senadores, Deputados Federais, Órgãos Diretivos Nacionais e Regionais, consciente de sua responsabilidade política no momento histórico que a nação vive, AFIRMA:

a) QUANTO À PRESENÇA E RESPONSABILIDADE DA DEMOCRACIA CRISTÃ NA VIDA POLÍTICA NACIONAL

1. O Partido Democrata Cristão, coloca-se hoje, no país, entre as maiores forças políticas, espelhada esta realidade nos seguintes dados:

1.1. Organizado em mais de 2.600 municípios distribuídos em todo país.

1.2. Dois Governadores de Estado (Amazonas e Tocantins), quatro Senadores, quatorze Deputados Federais e dezenas de Deputados Estaduais.

1.3. Prefeitos eleitos em mais de 250 municípios e cerca de 2.000 vereadores.

2. Esta densidade política, representa força eleitoral decisiva para as próximas eleições presidenciais, e traz, ao mesmo tempo, inegável responsabilidade histórica, da qual, a Democracia Cristã, em nenhum momento, se afastará!

3. O crescimento do Partido Democrata Cristão atesta a conformidade de sua doutrina e princípios, com a forma de ser e de pensar da família brasileira, e demonstra que o partido alcançou aquele grau de maturidade política, na qual, a sigla, tornou-se maior que todos os seus partidários.

b) QUANTO AOS PRINCÍPIOS DOCTRINÁRIOS DA DEMOCRACIA CRISTÃ

1. A Democracia Cristã é regime político, que visa a construir uma sociedade justa, sem abdicar da liberdade, cimentando estes dois valores, com a argamassa da solidariedade.

2. Reconhece e prega como pressupostos da Liberdade, o direito de propriedade e a livre iniciativa, mas, ao mesmo tempo, reconhece o primado do trabalho e não aceita, que o preço da segurança do Capital, seja a insegurança do homem.

3. Afirma a liberdade, como bem supremo do homem, mas não aceita a liberdade vazia de justiça.

A liberdade, quando divorciada da justiça, é tão somente, a face mascarada da escravidão.

4. Prega a necessidade de imediata transformação da sociedade brasileira, caracterizada pela manutenção de imensos desníveis sócio-econômicos, em uma nova sociedade, mais igualitária, mais distributiva, mais justa, e na qual, os homens,

vivendo em liberdade, possam realmente, viver como homens livres, realizando-se plenamente, em sua dimensão humana, no plano social, econômico e cultural.

#### C- QUANTO À SUCESSÃO PRESIDENCIAL

1. Impõe-se imediata participação do Partido Democrata Cristã, no processo sucessório presidencial, importando esta participação, nas seguintes providências.

1.1. Motivação e diálogo junto a todos os partidários.

1.2. Análise da oportunidade e conveniência de indicação de candidato próprio à Presidência da República.

1.3. Análise das várias candidaturas já apresentadas ou que se apresentarem à consideração da opinião pública.

1.4. Diálogo com as várias candidaturas identificadas com o perfil doutrinário e programático da Democracia Cristã.

2. O candidato do Partido Democrata Cristão deverá, necessariamente, satisfazer, sem prejuízo de outros, os seguintes requisitos:

2.1. Prática de vida pública e pregação política, que atestem de forma inequívoca, sua conformidade com os princípios doutrinários da Democracia Cristã.

2.2. História política, que demonstre efetiva militância na defesa das causas sociais e seu compromisso com a transformação da sociedade, na busca de mais justiça, sem prescindir da liberdade.

2.3. Fidelidade à programas, idéias e partidos, como aval das idéias e objetivos que pregar como candidato.

2.4. Personalidade e atitudes marcadas pela coragem, determinação, perseverança e espírito público.

2.5. Caráter irrepreensível e conduta, pública e privada, que atestem sua formação cristã e obediência aos melhores valores morais, assim reconhecidos pela família brasileira.

2.6. Que seja um líder, capaz de gerar esperanças e não destruí-las, capaz de irmanar os brasileiros na busca do bem comum e capaz de conduzir a nação, com firmeza e equilíbrio, segundo os princípios e ideais da Democracia Cristã.

Brasília, 23 de fevereiro de 1989.

Senhor Presidente, nobres Deputados, a democracia cristã, no Brasil, através de seus mais diversos segmentos regionais, está estudando as candidaturas já postas à apreciação do povo brasileiro.

É evidente que a apreciação que faremos dentro do PDC, não ficará adstrita ao critério geográfico, tão enfaticamente defendida hoje, pelo nobre Deputado Dirceu Manfrinato, que ameaça de cassar a cidadania de paranaenses que não apoiarem um

candidato.

A sucessão presidencial não visa eleger o Governo de um Estado, mas sim o Presidente da República, e este Presidente há de sair dentro dos contornos geográficos do Brasil, não do Paraná, não de São Paulo, não de Santa Catarina, isoladamente.

Muitas são as tendências, hoje, no PDC. Pessoalmente este Deputado que vos fala defende a tese de que o PDC deve apoiar a candidatura de Mário Covas, a mais identificada com a Carta de Princípios que acabo de ler.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o PDS.

Delina.

Com a palavra, no Horário das Lideranças, o PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós ouvimos, hoje, da tribuna governista, um discurso eufórico, afoito e até esperado por todos nós ou pelos milhares de funcionários públicos que tem o Paraná, quando o Deputado Artagão Mattos Leão, veio a anunciar com muita alegria a concessão do aumento de 39% ao funcionalismo público do Paraná.

Eu confesso que como manifestou o nobre Deputado, Doutor Nelson Vasconcellos, eu também fiquei emocionado e me senti naquele momento como um funcionário público que ganha um mísero salário que não dá para o sustento de sua família, me senti como ele porque naturalmente no momento de dificuldade que vive o Estado, o funcionalismo, a Nação brasileira, uma pequena luz lá no fundo do túnel ainda representa uma luz. Mas fiquei mais contente ainda, confesso aos Senhores Parlamentares desta Casa, em saber que o Governo do Estado aceitou naturalmente as nossas ponderações feita nesta tribuna por todos os Parlamentares que defenderam o aumento do funcionalismo, embora saímos há 30 dias atrás, apenas há 30 dias atrás, derrotados desta Casa, com a cabeça baixa como os milhares de funcionários públicos, em todos os segmentos de servidores do Paraná, mas nós sabíamos que o Governo, naturalmente ia sofrer a pressão dos seus próprios Parlamentares, as pressões da comunidade, da sociedade paranaense, e ele teria que atender o mais breve possível. Mas nós entendemos perfeitamente, o Governo da mídia é o Governo das jogadas, da manipulação da opinião pública, ele prega a miséria, a dificuldade, o caos no seu próprio Estado, e não paga o direito adquirido pelos funcionários. Passados 30 dias, não sabemos o

que aconteceu, talvez seja a afirmativa daquilo que disse ontem nesta tribuna, dá incompetência da Secretaria da Administração, naturalmente até em fornecer ao Governo, não sei, os números exatos do custo do funcionalismo público do Paraná. Talvez seja isso, porque há 30 dias atrás, o Governo não podia pagar, não tinha dinheiro, era impossível, em 30 dias, foi possível pagar os 39%, será possível pagar os 39% e ainda mais uma notícia: dar mais 9,91 a partir de abril.

Nós ficamos contentes porque os funcionários naturalmente ficarão contentes.

Mas ainda é pouco, mas nós temos a certeza que naturalmente quem deve estar pagando esta conta, acredito é a agricultura, é o dólar, é o dinheiro verde, não é o dólar mas é a agricultura que naturalmente o Paraná com a grande safra, e eu acho que só não queria saber desta grande safra o Governo do Estado, ela já estava pronta para ser colhida, era possível ter pago o aumento naquele dia.

o Sr. José Felinto - Vossa Excelência, permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Na sequência, nobre Deputado.

Mas, afinal de contas ainda está em tempo, nós esperamos que a população do Paraná saiba reconhecer o trabalho dos Parlamentares das oposições e também saibam ver como o Governador Álvaro Dias, manipula a população paranaense. Não é novidade, nós vivemos o governo da mídia, e não um governo de metas; isto está evidenciado, com o "plano verão", é o plano da mídia, porque é o plano da fantasia; não quero dizer que a mídia só vive fantasia; mas, a mídia tem que formar a fantasia, tem que criar expectativa.

Então, o plano verão é um plano de mídia; até diz: "plano verão", como bem disse Pedro Tonelli, não aguentou uma estação.

Nós lamentamos que o povo do Paraná, como todo o povo brasileiro tenha que viver estas situações. Não receber os seus direitos adquiridos em tempo, de acordo com as reivindicações; mas ficarem na dependência daqueles que governam e que usam a mídia para fazer a mídia, cortam o aumento, e dão quando interessam a eles.

Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais integrantes desta Casa de Leis: dizer que a educação no Paraná vai bem, seria uma afronta a todos os paranaenses. Na última 3<sup>a</sup> feira, por ocasião da apresentação do programa "Bom Dia Paraná", nós sentimos a verdadeira preocupação da Secretária Gilda

Polí, pois, ela se preocupava exatamente com o alistamento eleitoral de aproximadamente 200 mil jovens paranaenses que irão votar pela 1.ª vez, nas eleições presidenciais deste ano.

Dizia também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que iria promover esta campanha visando a conscientização do voto. É bem verdade, que temos, todos nós esta grande obrigação; aliás, é um dever de todos os brasileiros, a conscientização, não só dos jovens, de 16 e 17 anos, mas, de toda a população eleitoral do Paraná, da grande importância da democracia eleitoral, mas, acima de tudo, nós precisamos fazer com que o eleitor paranaense, o povo brasileiro, tenha consciência de uma verdadeira democracia social. Porque a democracia social ela foi relegada para um segundo plano, digo para um 3º plano, e está esquecida pelos nossos atuais governantes.

Mas, o que acontece no Paraná, a nossa Secretária da Educação deveria também se preocupar com a merenda escolar; a respeito disso, nós notamos a Carta que foi publicada na "Folha de Londrina", na última sexta-feira, dia 31 de março. A Carta escrita aqui no jornal por Joaquim Carlos Barbosa, residente em Londrina, dizia que o Governo Estadual vem afirmando na TV que cerca de um milhão e meio de crianças recebem merenda escolar.

Enquanto isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as Associações de Pais e Alunos, vivem fazendo promoção, para se conseguir açúcar, arroz, chocolate em pó, óleo, farinha de trigo, destinada à merenda escolar, que é servida aos alunos daquele colégio.

Segundo este pai de aluno, ele disse: "segundo o prospecto que me foi endereçado, afinal, a merenda escolar é fornecida pelo governo ou são os pais de alunos que continuam sacrificando, fazendo as suas promoções, criando condições para que a merenda escolar seja melhor distribuída nas escolas".

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos que além do alistamento eleitoral deveria a Senhora Secretária da Educação, se preocupar um pouco com as reclamações dos pais de alunos em todas as escolas públicas do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Lideran-

ça do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Quero iniciar este pronunciamento fazendo uma homenagem ao Professor Levandowski que está nesta Casa, um homem de arte, um homem de pintura, que enobrece o nosso Estado.

Eu me detenho, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, principalmente no pronunciamento do Deputado Costenaro. Foram tantas as acusações contra o Governo, contra a política governamental e tantas as inverdades ditas, tantos os histerismos, declarados da tribuna, que alguns pronunciamentos empatam o tempo desta Assembléia na defesa, por exemplo, que tentavam alguns Parlamentares, colocando declarações, denúncias, que tenham sido vinculadas em alguns jornais, tentando induzir, supostamente, que estes jornais, tenham aberto as páginas contra o governo. Até porque está na hora deste País, pela restauração da dignidade do ser humano e do político entender que denúncia não é fato consumado. Qualquer cidadão pode chegar num veículo de comunicação e dizer que seis milhões de cruzados foram dados pelo BADEP para políticos do Paraná. Eu acredito que esta informação atinge políticos de outros Partidos inclusive, que poderiam estar embutidos dentro dos seis milhões. A seriedade seria o denunciante apontar o nome de quem, quando e quanto recebeu, para que não se jogasse uma pecha contra um Governo inteiro, contra uma classe inteira. Então, estas respostas nós não daremos.

Mas, Deputado Costenaro, o seu discurso foi mais conseqüente, embora eu não possa concordar em gênero, em número e em grau com ele.

Principalmente, quando Vossa Excelência coloca que o Governo vetou e que trinta dias depois vem oferecer os 39% que não deu na oportunidade. Eu acredito que mais do que nunca fica patente a responsabilidade de quem tem que gerir o dinheiro público, porque é um processo legislativo, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que tem que ser cumprido. O governo quando mandou uma Mensagem para a Assembléia, propondo 100% imediatamente de aumento com mais 39% para vigorar em março, ele mandando esta Mensagem para Casa antes, inclusive, do Plano Verão, tinha uma realidade econômica em pleno curso na vida brasileira...

O Sr. Valderi Mendes Vilela- Vossa Excelência permite-me um aparte, Nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Só deixe-me concluir o raciocínio.

Com uma inflação atingindo as raias dos trinta e poucos por cento e previsão dos economistas que chegaria a 50, pois muito bem, votado aqui pela Assembléia há um tempo em que o Governo do Estado precisa, ou não veta o projeto da Assembléia Legislativa. Mas o que fez o Governo, como não tinha os resultados do Plano Verão, que atropelou pelo meio a própria mensagem que tinha mandado aqui, como não tinha o comportamento da receita durante o Plano Verão, no mês de janeiro e no mês de fevereiro e como não tinha-se e ainda não se tem uma definição de política salarial na Nação, preferiu o Governo vetar.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, há de se buscar também nos dicionários como busca, quando quer o Deputado Nereu Massignan, cristão novo da oposição, o que significa veto. Veto em instante algum significa que não vai se dar. Veto é uma paralisação da proposta votada e o Governo cumprindo aquilo que disse nas próprias razões do seu projeto que iria analisar o comportamento da receita do mês de janeiro e do mês de fevereiro e que daria, se esse comportamento da receita permitisse, um aumento talvez menor, talvez igual e talvez até maior do que aquele próprio que vetou.

Pois de posse do comportamento da receita, mesmo dentro do Plano Verão, vem o Governo fazer o quê? Nós não queremos louros, nós não queremos aplausos, nós queremos que o Governo seja enxergado como um Governo sério, responsável pelo equilíbrio financeiro do Estado do Paraná, que havendo uma realidade de comportamento da receita, vem e retorna com uma mensagem restituindo os 39% que havia vetado em tempos anteriores. É isso que a bancada quer, eu gosto do posicionamento da Oposição, quando cobra em favor das classes que o procuram e acho que deva-se aplaudir o comportamento da Oposição, mas acho que tenha que se aplaudir também a bancada do PMDB, que por ter um contato mais direto com o Governo, recebeu aqui no Plenário até dinheiro jogado na nossa cabeça daquelas arquibancadas e muitas e muitas das pessoas que naquela oportunidade aqui estavam hostilizando a bancada do PMDB, estavam hoje no Palácio Iguaçu aplaudindo o anúncio do Governador dos 39%, é a missão de quem tem a responsabilidade de atravessar a rua e ir lá conversar com o Governador, pedir, insistir, bater na porta para que o Governo possa dar na oportunidade devida aquilo que o servidor está pedindo ou aquilo que a sociedade está pedindo.

Há dois caminhos que nos separam, o do discurso da tribuna, que não tem aumento mais nenhum no contracheque, o discurso da

tribuna que não põe o dinheiro no bolso do servidor, o discurso da tribuna onde a luta termina exatamente no instante em que termina o horário do orador que está na tribuna e o trabalho incansante da bancada do Governo que atravessa a rua a cada instante para pedir ao próprio Governo que atenda as necessidades prioritárias daqueles que estão lutando.

Este é o trabalho que nós fizemos e este é o trabalho e, portanto me sinto realizado em parabenizar o Líder Artagão Mattos Leão, no instante em que ele veio à tribuna por considerar mais uma vitória vencida no compromisso do Governo da restauração da dignidade do salário do servidor Paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sob a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão integrar a Comissão de Orçamento, conforme composição realizada com o Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nº 59, 11, 12, 13 e 42/89, constantes da ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 59/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 35/89), que dispõe sobre a contratação de servidores para atender temporária necessidade de serviço, na administração direta, indireta e funcional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, no que concerne à constitucionalidade e aos recursos financeiros e humanos. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão,

constante do expediente, solicitando o encerramento das discussões ao Projeto de Lei nº 59/89. - Aprovado.

Sobre o referido projeto, emendas em número de seis (06), de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### REQUERIMENTO

##### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

Modificar o art. 1º a expressão:  
"de qualquer dos poderes do Estado",  
"dos poderes Legislativo e Executivo".

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

"As contratações autorizadas pela presente lei, para sua validade deverão ser referendadas pela Assembléia Legislativa do Estado".

§ 1º - O prazo para a comunicação à Assembléia Legislativa do Estado é de 30 dias após a nomeação.

§ 2º - Rejeitado o referendo, cessam os contratos no dia da publicação da decisão do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

Inclua-se, onde couber:

"As contratações de que trata o artigo 1º, serão precedidos de teste seletivo, dando-se publicidade do Edital no Diário Oficial do Estado, especificando-se os cargos, valores salariais, prazo da contratação".

§ 1º - As contratações obedecerão rigorosamente a ordem de classificação, vedada a recontração do mesmo funcionário, nos termos desta lei.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

Suprimir do artigo 3º a expressão:

"permitida a renovação se persistirem os motivos do ato originário"

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

Suprima-se o § único do art. 3º.

Curitiba, quarta, em 05.04.89

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 59/89

Acrescente-se, onde couber:

"Fica assegurada a preferência para nomeação dos concursados, ainda não aproveitados, observado o prazo de validade do concurso realizado e a lotação no respectivo órgão que determinou o concurso".

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Emenda n. 1 - Deputado Nereu Carlos Massignan - modifica o artigo 1º - a expressão "de qualquer dos poderes do Estado". Em votação a emenda.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Emenda n. 1 pretende garantir aquilo que está na Constituição, Art. 96, Inciso 2, Letra B, que dá competência privativa do Tribunal de Justiça para administrar as suas questões, inclusive de pessoal.

Esta discussão já aconteceu aqui na Assembléia, por ocasião do aumento de vencimentos do pessoal da magistratura. Não é mais da competência do Executivo legislar assuntos da alçada, da competência exclusiva do Tribunal de Justiça, razão por que nós estamos colocando, fazendo emenda modificativa em que no artigo 1 se exclui a expressão: "de qualquer dos poderes do Estado" e se modifica para: "dos poderes legislativo e executivo".

Por quê? Porque o Tribunal de Justiça tem a competência privativa. Então ele deve ficar fora desta mensagem porque não é mais da competência do Governador legislar em assuntos que são da esfera do judiciário. Esse assunto foi objeto de profundas discussões, acalorados debates aqui na Assembléia Legislativa.

Pois bem, a Oposição naquela ocasião foi derrotada e foi aprovada uma Mensagem do Executivo em que incluía assuntos da competência privativa do Tribunal de Justiça. O que aconteceu? Impetraram uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal deu razão ao Tribunal de Justiça e derrubou aquela lei que a Assembléia aprovou.

Oral! Além da interpretação que pode ser até apaixonada dos Parlamentares, houve a clara e serena decisão da Instância Superior, reconhecendo essa competência privativa do Tribunal de Justiça em assunto que a própria Assembléia já deliberou,



a Assembléia não pode incorrer no mesmo erro. Vamos cumprir a Constituição, Senhores Deputados. Esta é a intenção da nossa emenda. Não vai aqui nenhum preconceito ao Poder Judiciário. Pelo contrário, é a exaltação da sua independência, porque a ele compete administrar questões que nós estamos discutindo aqui, hoje, que é a contratação temporária, prevista também na Constituição, razão por que eu peço apoio dos Senhores Parlamentares em nome da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. (Pausa).

Doze (12) Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se. (Pausa).

Vinte (20) Senhores Deputados rejeitam.

REJEITADA a emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Eu gostaria só de salientar que nós teremos mais uma vez uma nova ação no Supremo Tribunal Federal que a Bancada do PMDB poderia ter evitado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Emenda n. 2 - As contratações autorizadas pela presente lei para sua validade irão ser representadas pela Assembléia Legislativa do Estado.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

REJEITADA.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Pela ordem, Senhor Presidente.

O sr. Artagão Mattos Leão - A mesma atitude de ontem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai adotar o dispositivo do Art. 176, parágrafo 2º e tem anotado os Deputados que estão se retirando do Plenário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Esteve e votou na emenda. O projeto não está em votação ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) As emendas fazem parte do projeto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu gostaria de solicitar verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, aqueles Senhores Deputados que estavam presentes serão contados? Não serão?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) 21 Senhores Deputados rejeitam a emenda. Está rejeitada a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Quantos aprovam, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovam 2 e mais os Deputados que se encontravam presentes e que constam como presentes na verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem) O Deputado Pedro Tonelli requereu a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu não estou vendo o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O 1º Secretário está apenas procedendo à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, precisa ver o Deputado?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Eu preciso vê-lo no Plenário, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu acho que não compete ao Deputado duvidar da presença que está sendo apreciada pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela ordem) - Senhor Presidente, só para comunicar que o deputado que pediu a chamada nominal se retirou do plenário, e eu acho que não há mais necessidade de que se continue a chamada nominal porque ele se retirou do plenário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - A chamada nominal foi solicitada também por este Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Prossegue a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Pirajá Ferreira)  
(Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam à chamada nominal 29 Senhores Deputados.

Há quorum para votação, e a emenda portanto está REJEITADA.

EMENDA Nº 4 REJEITADA.

EMENDA Nº 5 REJEITADA.

EMENDA Nº 6 REJEITADA.

Em votação o PROJETO. APROVADO.

A Mesa desejaria consultar o nobre Deputado Pedro Tonelli, mas, já que ele não se encontra em plenário, a Mesa consulta ao Deputado se o número está exato?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, nós gostaríamos de registrar com satisfação a presença maçica da Banca do PMDB hoje nesta Casa.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 08/89), que objetiva a extinção de cargos de provimento em comissão no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 12/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 09/89), que objetiva instituir na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social - SEJA, como resultado da fusão da Secretaria de Estado da Justiça - SEJU com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Namir Piacentini, e subscrito por demais Senhores Deputados, constantes do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 15 (quinze) dias, a fim de que seja permitido melhor análise, inclusive com a presença do Senhor Secretário Rubens Bueno na CCJ, em conjunto com a Comissão de Segurança. Aprovado. Fica portanto, retirado por 15 (quinze) dias, o Projeto de Lei n. 12/89.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 11/89), que objetiva a extinção da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e os respectivos cargos de direção denominados Diretor-Presidente, Diretor-Administrativo-Financeiro e Diretor-Téc-

nico, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA: Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 12/89), que objetiva a concessão de uma pensão mensal ao pintor CZESLAW LEWANDOWSKI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 173/88, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C. por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 186/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Polivalente - Ensino de 1º Grau, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 191/88, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, com sede e foro na cidade de Capanema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 220/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Fundação Weiss Scarpa, com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 06/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MAT-

TOS LEÃO e OUTROS, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que terá 15 (quinze) membros. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Public. no D.A. n° 10, de 20.03.89).

## COMISSÃO EXECUTIVA

## P A R E C E R:

Propõe o nobre Deputado Artagão Mattos Leão, a alteração do artigo 39 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, no tocante ao número de membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Não há óbice, legal ou regimental, na alteração de quatorze (14) para quinze (15) membros, não modificando o "quorum" atual, cumprindo esclarecer que todas as demais Comissões Permanentes possuem número ímpar de integrantes.

Dessa forma, opinamos favoravelmente à proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.03.89.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 454, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 458, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 351, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com muito prazer.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se.

Seis aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados rejeitam. - REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, quero registrar os votos favoráveis ao presente requerimento, dos Deputados Valderi Mendes Vilela, Raul Lopes, David Chierigate, Nelson Vasconcellos, Namir Piacentini e mais do Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa só vai registrar o voto de Vossa Excelên-

cia.

Requerimento de n° 354, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Prejudicado pelo fato de o mesmo ter sido lido em plenário.

Requerimento de n° 411, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

Requerimento de n° 412, de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se transcrita no final desta ata).

Requerimento de n° 413, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 416, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

Requerimento de n° 417, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se transcrita no final desta ata).

Requerimento de n° 418, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se transcrita no final desta ata).

Requerimento de n° 421, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 422, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 423, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 457, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa deferir e fará a verificação de votação. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 461, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 462, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 463, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 464, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 465, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 466, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 467, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 468, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 469, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 316, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 350, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. A Mesa deixa de aceitar o presente requerimento, com fundamento no disposto pelo § 2º, do Art. 123, do Regimento Interno, matéria estranha à competência da Casa.

Requerimento de nº 452, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 353, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 332, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 424, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 425, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 447, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 448, de autoria do

Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 449, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 450, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 451, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 459, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 460, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 318, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, às 10:00 horas, uma Sessão da Assembléia Constituinte Estadual, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - dos Projetos de Resolução nº 03 e 04/89.

Marca também uma Sessão Solene, às 15:00 horas, para outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Sunao Ito, e

Marca, ainda, a 16ª Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 11, 13 e 42/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 06/89.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 116, 140, 153, 195, 199, 213, 214, 215, 282, 287, 298 e 310/88, e 68/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS VALDERI MENDES VILELA, ANTÔNIO COSTENARO NETO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 1989.

**"Álvaro amarga isolamento"**

Vanderlei Rebelo

Ao mesmo tempo em que insiste em sua candidatura à Presidência da República, pouco factível além das fronteiras do Paraná, o governador Álvaro Dias amarga, na metade do seu período de Governo, um crescente isolamento de sua administração. Desde o final do ano passado, Álvaro vem experimentando uma progressiva perda de apoio nos mais diferentes círculos de poder da sociedade. Isto não significa que sua imagem esteja abalada. Ao contrário: Álvaro mantém-se com o mais alto índice de popularidade, entre todos os governadores, de acordo com as pesquisas divulgadas recentemente, fazendo inveja a seus colegas de outros Estados.

É difícil explicar esta situação paradoxal, mas o fato é que da mesma forma que conserva sua popularidade, o Governador vai trombando aqui e ali, perdendo deputados na Assembleia Legislativa, entrando em confronto aberto com o Tribunal de Justiça e distanciando-se de segmentos importantes do empresariado - isto para não falar do sentimento hostil que prevalece no funcionalismo público em relação ao Governo, especialmente entre professores, alastrando-se pela Polícia Militar.

Quando eleito Governador, Álvaro dispunha de uma folgada maioria na Assembleia com 37 deputados num colegiado de 54. Em dezembro de 88, meia dúzia de peemedebistas, insatisfeitos, se desgarrou do partido para pousar no ninho do PSDB. Agora, outra meia dúzia de deputados do PMDB, vinculada ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, ameaça formar um "bloco independente" no plenário, abandonando o apoio incondicional que vinha oferecendo ao Governo. Segundo o Presidente do Legislativo, deputado Anibal Khury (PMDB) na prática, Álvaro Dias já não conta mais com maioria na Assembleia.

O conflito com o Judiciário também aflorou em dezembro, por causa do aumento de salário reivindicado pela magistratura. Seguindo a orientação do Palácio Iguazu, a bancada governista descartou uma proposta de reajuste oriunda do Tribunal de Justiça e aprovou o projeto de lei do Executivo - com índices de aumentos menores - para indignação dos juizes, que recorreram ao Supremo Tribunal Federal e obtiveram uma medida liminar. O Governador teve que recuar e formular uma nova proposta de reajuste mais generosa.

Mas isso era só o começo. Na semana passada, em entrevista a um programa de televisão, o Governador criticou uma decisão da Justiça, favorável ao antigo dono da PROMEPAR (empresa deficitária encampada e saneada pelo BADEF) que lhe assegurava o saldo de falência da empresa, também

reclamado pelo Governo. Na entrevista, Álvaro fez pesadas acusações contra os magistrados, aorindo um conflito de proporções inéditas entre Executivo e Judiciário. O desembargador Zeferino Krukoski, julgando-se ofendido, promete interpelar o Governador na Justiça, para que se explique.

**EMPRESÁRIOS**

Desde as eleições municipais do ano passado, em que o presidente do Grupo BAMERINDUS, José Eduardo de Andrade Vieira, à frente de um considerável agrupamento de empresários, resolveu dar apoio total à candidatura de Enéas Faria (PTB) à Prefeitura de Curitiba - transferindo-o depois para o pedetista Jaime Lerner - contra o peemedebista Maurício Fruet, as relações do Governo não são as mesmas com o empresariado. O distanciamento cristalizou-se no desligamento de José Carlos de Carvalho da Secretaria da Indústria e Comércio - SEIC. A extinção da SEIC logo depois, apenas agravaria as tensões.

Na área rural, o Governador ainda mantém laços com os empresários, graças ao trabalho de seu irmão e Secretário da Agricultura, Osmar Dias. Mas também aí há divergências de relacionamento, sobretudo no que se refere a alguns líderes. O Presidente da FAEP, Paulo Carneiro, e o Presidente da Sociedade Rural do Paraná, Brazílio de Araújo Neto (Secretário da Agricultura no período João Elísio), permanecem ligados umbilicalmente ao grupo político do ex-Governador Jayme Canet, que posiciona para marchar na sucessão estadual ao lado do senador José Richa (PSDB), em articulação da qual participam também João Elísio e o Presidente do grupo Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira.

A análise corrente identifica na falta de coordenação política do Governo a fonte de todos os males que afetam a atual administração. "Falta para o Governador Álvaro Dias, alguém que promova a coordenação política do seu Governo, que faça as articulações, que cumpra o papel que era exercido pelo Euclides Scalco no Governo Richa" - explicou um peemedebista que participou da revogada dos tucanos para o PMDB no final do ano passado, o deputado Nereu Massignan.

Scalco era o chefe da Casa Civil de Richa, cargo hoje ocupado pelo bacharel Acir Breda, pouco afeito ao trato de questões políticas. Há quem jure que as funções de coordenação política do Governo são cumpridas pelo Secretário da Comunicação Social, Fábio Campana, como também há quem diga que o próprio Álvaro tome a si este papel. A conclusão mais freqüente, porém, é a de que fato inexiste uma figura

incumbida especificamente de coordenar as ações políticas do Governo. A consequência mais evidente desta lacuna é o isolamento de Álvaro Dias."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PEDRO TONELLI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL de 1989.

### "CHEQUE EM BRANCO"

Renato Schaitza

Não se assina cheque em branco nem para o papai - recomenda a mais elementar sabedoria. Mesmo confiando cegamente na honestidade paterna, quem assina em branco desmerece a si próprio. Paga-se conta certa, conhecida, não há porque delegar o preenchimento, é muita preguiça.

Pois a Assembléia do Paraná assinou um cheque em branco para o Governador do Estado. Mais um, mais um...

\*\*\*

No se primeiro cheque em branco, nossos deputados deram poder de disciplinar por decretos, as remunerações do funcionalismo. Abriram mão do que não tinham direito: debater e participar do processo decisório, assumir responsabilidades para as quais são muito bem remunerados pela sociedade. Furtaram ao conhecimento público as questões relativas ao número de pessoas que trabalham para o Estado, quais as disponibilidades financeiras do erário, cotijos assim. Não havendo debate, o Governador diz que é assim ou assado, todos fiquem satisfeitos e callem a boca.

Agora, com votação maciça do PMDB e protesto da oposição, nossos deputados aprovaram projeto de lei que permite a qualquer dos Poderes, administrações direta e indireta, a contratação temporária de servidores, "em casos de excepcional interesse público", independente de concurso. Serão contratados com tempo certo, pelo prazo máximo de dois anos, com vencimentos limitados aos de funções análogas.

Os deputados delegaram também ao governador o poder de regulamentar a lei por decreto. É tanta delegação de poderes que inspira outra lei justa:

"Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber, sem prestar contas, o valor total dos subsídios parlamentares..."

\*\*\*

A oposição denunciou o projeto como burla ao preceito constitucional que exige concurso público para as admissões no serviço público. Não é assim, este não é um governo empreguista. São contratos com tempo certo e limitado, ditados por uma necessidade excepcional ou em caso espe-

Curitiba, quarta, em 05.04.89

cial. A própria Assembléia passa por circunstância assim: na elaboração da Constituição Estadual, precisando ir buscar assessorias que não encontra em seu quadro funcional. Seria o caso de imaginar-se também, que alguma vaga aconteça num posto estratégico, médico ou professor do Interior, por exemplo. A lei permite a contratação excepcional, dando tempo para que a vaga posteriormente seja suprida por concurso.

A exigência de concurso é moralizadora. Mas sua realização implica num procedimento burocrático demorado, tolhe a administração. Faça-se concurso entre médicos para atender determinado paciente. Quando a questão for resolvida, o paciente já morreu.

As intenções são perfeitas, espera-se que o instrumento seja brandido com austeridade, marca registrada de Álvaro Dias. Apenas espera-se, não se saberá. A partir da lei, o assunto não entrará mais em debate público. O que está em questão não é o propósito da administração. São essas facilidades legislativas, a generosidade dos deputados em delegar obrigações. A consequência é um enfraquecimento óbvio do Poder de representação popular.

O hábito da canga deforma o lombo do boi. A nova Constituição valorizou muito os legislativos, achincalhados pelo período dito excepcional. Não adianta ganhar importância, mas não assumir os deveres de participar na administração.

Neste caso das contratações temporárias, sua própria justificação demonstra o proceder correto. Elas são de "excepcional interesse público". Havendo a exceção, existe a raridade. Está implícito. Nada impediria que, surgida a necessidade emergencial, fosse ela suprida e submetida tal decisão ao Legislativo. E mais: a regulamentação de como a lei será aplicada deveria constar do corpo do projeto, não deixando ao alvitre de outro poder o que seja o tal "excepcional interesse público". O apoio da bancada do PMDB ao Governador do seu Partido é natural e necessário. Ele merece, papai bonzinho. Mas deve ser limitado, quando se imagina que as prerrogativas do mandatário foram conferidas por um mandante chamado sociedade. Ela não os elegeu para que se furtassem de conferir, acompanhar e participar do processo administrativo.

Ao filho preguiçoso e míssio, nem o pai respeita.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ FELINTO, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 1989.



## "Convocação"

Roberto Marinho

Nas vésperas das eleições presidenciais a maioria silenciosa da Nação assiste, constrangida, o espetáculo de perplexidade proporcionado pela elite política do País abrigada no PMDB e no PFL, largamente majoritários no Congresso e que, ainda no último pleito, alcançaram, em conjunto, mais de 40% dos votos.

A maioria dos brasileiros escolheu estes partidos não para vê-los acovardados diante da audácia de grupos minoritários que lhes tem imposto, não só a pauta dos debates, mas as próprias decisões. Não os fez intérpretes da sua vontade política - o mais grave e solene gesto de confiança - para vê-los, agora, perdidos em pequenas manobras, em que a esperteza tem foros de astúcia.

Sucedem-se encontros de governadores, senadores e deputados, nos quais ninguém confia em ninguém. Reuniões infundáveis são convocadas para que cada participante esconda do outro o seu pensamento. Postergam-se as decisões, forma confortável de ninguém correr risco e de todos resguardarem sua posição pessoal.

O PMDB realizou uma convenção para eliminar ambigüidades. Nunca, depois da convenção, foi tão ambíguo. A maioria, por sinal escassa, afastou uma considerável corrente do seu órgão de direção praticando injustificável "apartheid", que condenará o partido a uma inevitável desagregação. Reconduziu-se à Presidência o Deputado Ulysses Guimarães, seu líder ao longo da travessia para o estado democrático, não para fazê-lo candidato mas, exatamente, para evitar a sua candidatura.

Oportunistas de todas as horas prepararam-se para desertar. Um esquerdismo de ocasião determina os discursos e leva o partido a imitar o PT e PDT. Em lugar de diferenciar-se para disputar, acaba se confundindo com o adversário.

O PFL, de seu lado, apegado ao Ibope do dia, corre o País atrás do candidato ideal. Senadores e deputados, de respeito e seriedade, curvam-se melancolicamente diante de figuras despreparadas, desde que apresentem razoáveis índices de popularidade. Sem encontrar o nome providencial, convidam o ex-Ministro Aureliano Chaves. Para em seguida, com a maior desenvoltura, prosseguir na busca desesperada do salvador.

Está na hora do chamamento à responsabilidade. Ainda está em tempo de reverter o quadro. A maioria da população que condena a invasão de fábricas e a sabotagem às torres de distribuição de energia; que não aceita, em cada greve, a ação desembaraçada dos piqueteiros profissionais que

coagem os trabalhadores; que está em desacordo com a arrogância e empáfia com que a CUT bloqueia qualquer entendimento de que possa resultar o controle da inflação e a elevação possível dos salários, não se sente representada na arena política.

Tem por isso mesmo, legitimamente, o direito de cobrar dos líderes do PMDB e do PFL uma proposta séria e consistente, uma candidatura de consenso que seja a intérprete da sua vontade política. Um candidato de renovação que não se enrede em manhas e combinações inaceitáveis. Um candidato que não fuja dos temas controversos e não faça do subterfúgio a suprema sabedoria política. Um candidato, afinal, com uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, que devolva à Nação o direito de sonhar com o futuro. E que lhe ofereça uma alternativa melhor que a de obrigá-la a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e um outro sectário e meramente contestatário.

Esse dilema absurdo só está posto, em virtude de se encontrar a classe política atingida por um acesso inexplicável de descrença na capacidade de reabilitação do País. A verdade é que os problemas nacionais são graves, mas podem ser enfrentados e resolvidos.

O Brasil não é uma republiqueta. É uma grande Nação. Convençam-se os representantes da maioria de que é mais fácil a missão que lhes cabe de reprogramar com seriedade, racionalidade e espírito público as nossas atividades econômicas e sociais, do que a tarefa demolidora em que ora se acham empenhadas as lamentáveis figuras do caudilho e do agitador candidatos, nos seus desvairados propósitos de tentar reduzir a estrutura nacional às suas pequeninas dimensões pessoais.

Que surja um gesto de grandeza e de coragem, uma convocação para a defesa dos nossos valores e para a retomada do desenvolvimento com justiça social. A resposta será imediata e irá refletir-se inapelavelmente nas urnas.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 1989.

Ofício n.

Curitiba, 29 de março de 1989.  
Senhor Desembargador:

Esta entidade, com perplexidade, vem assistindo a ataques pela imprensa, rádio e televisão a magistrados de nosso Estado, sem que os acusadores, o Senhor Secretário da Fazenda Luiz Carlos Haully e o Senhor Governador Álvaro Fernandes Dias os nominem ou tornem objetiva a acusação.

O primeiro passo já foi tomado pela

Associação dos Magistrados do Paraná, com divulgação pela imprensa e televisão do repúdio da magistratura à infame e caluniosa campanha.

Parece que tal não adiantou, ao menos no que diz respeito ao Senhor Governador que, no programa "Canal Livre", da Rede OM de Televisão - Canal 6 de Curitiba, em cadeia estadual com TV Maringá, TV Tropical Canal 7 de Londrina e TV Carimã, na última quinta-feira, dia 23 de março corrente, no período vespertino, teceu, novamente, considerações que comprometem todo o Poder Judiciário chegando a afirmar, após tratar de processo judicial que tem como uma das partes o Banco de Desenvolvimento do Estado - BADEP S/A, existirem juizes que em lugar da toga deveriam vestir um uniforme de presidiário e, mais adiante, a esclarecer estar se referindo a um Juiz e a um Desembargador.

Esta Associação, na última segunda-

-feira, em reunião extraordinária da diretoria resolveu tomar as providências legais e necessárias, ante as ofensas que se espraiam a todos os magistrados estaduais, inclusive com a eventual responsabilização criminal dos denunciante e contratação de advogado aos possíveis acusados.

Ciente a Associação dos Magistrados do Paraná, no entanto de que o egrégio Tribunal Pleno, com sua autoridade, tratará do assunto, em sessão para tanto já convocada, vem à presença de Vossa Excelência expressar a confiança de que o Poder Judiciário do Estado do Paraná saberá repelir à altura a agressão que não encontra precedentes na História do Paraná, nem nos tempos em que a democracia claudicou no País.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a expressão do meu respeito.

FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO  
Presidente